



7

A POSIÇÃO DAS IGREJAS CRISTÃS DURANTE O GOVERNO MILITAR

Coordenação: Maria Celina Pinto Albano

Redação: Jailane Pereira da Silva

Raquel Marques Soares

Raquel Khouri dos Santos

Vanilda Peres dos Santos



7.1 Introdução

“Onde termina a justiça social
e começa a subversão? ”

(Dom Avelar Brandão)

Esse texto tem como foco principal denunciar a perseguição sofrida por membros das igrejas cristãs, congregações e movimentos religiosos durante o regime militar, no período de 1964-1988, em Minas Gerais.

Para alcançar este objetivo a análise busca, de um lado, esclarecer as ações violentas que atingiram as igrejas cristãs, congregações e grupos laicos, bem como os fatos e as circunstâncias que motivaram graves violações de direitos humanos. De outro, apurar os atos de resistência das instituições religiosas, assim como as ações políticas de movimentos laicos que visavam à volta do País à democracia. Por último, mas não menos importante, apontar posturas ambíguas e apoios explícitos à ditadura, que permearam as instituições religiosas, gerando não só sérios conflitos internos como também contribuindo para a legitimação dos militares no poder.

Nesse sentido, o trabalho de investigação se divide em duas partes: a primeira, mais geral, apresenta informações que descrevem o cenário religioso e demonstram as mudanças por que passou a Igreja Católica, especialmente nos anos 1960, no modo de fazer pastoral, com reflexos profundos na sua forma de atuar no campo social e político. O objetivo maior é destacar, de um lado, como se deu em Minas Gerais, a promoção de um novo protagonismo da Igreja Católica que conta com a participação de importantes congregações religiosas, de uma parte significativa da hierarquia eclesiástica e dos grupos laicos reunidos especialmente na Ação Católica (JOC, JEC e JUC). De outro lado, as diferentes formas de reação, colocadas em prática pelo governo militar para enfrentar esta Igreja atuante e combativa, que possibilitava alianças e aproximações com diversas camadas da sociedade: estudantes e intelectuais, operários e camponeses. Ainda nesta primeira parte, deverá ser feita uma análise sobre a participação das Igrejas Protestantes e de seus membros, ao longo dos 21 anos de regime ditatorial.

A segunda parte, centrada nos estudos de caso - a “prisão dos padres franceses do Horto” e o fechamento do Colégio e da Escola Helena Guerra, no final dos anos 960 e início da década de 1970. Neste sentido, descreve e analisa esses acontecimentos a partir de exercícios de memória de dois de seus mais importantes protagonistas: Michel Marie Le Ven e Linda Bimbi (Madre Raffaella), que



pertenciam, no final dos anos 1960, à ordem dos padres Assuncionistas e das irmãs Oblatas do Espírito Santo.

A escolha desses dois episódios não foi aleatória. Pode-se afirmar que ambos são lados de uma mesma moeda: a perseguição a membros de duas congregações estrangeiras, francesa e italiana, que viam na educação o principal instrumento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Não podemos, no entanto, deixar de assinalar as dificuldades que enfrentamos ao abordar a história institucional e pedagógica do Colégio Helena Guerra e como ocorreu, em termos administrativos, o seu fechamento. Esse educandário, que marcou época no ensino “primário, secundário e clássico”, em Belo Horizonte, não consta dos registros do Conselho Estadual de Educação e nem dos arquivos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais: um triste exemplo do descaso com a história, com a memória da educação mineira.

Sendo assim, a meta a ser alcançada por este trabalho visa preservar e divulgar a memória escrita e oral de fatos e acontecimentos ocorridos em Minas Gerais, que exemplificam muito bem o tecido histórico que gerou graves enfrentamentos entre as Igrejas Cristãs, em especial a instituição católica, e o governo militar. Por último, mas não menos importante, será feita uma breve descrição do papel das Comunidades Eclesiais de Base, que surgem e se fortalecem entre os anos de 1970 e 1980.

A investigação dos fatos e acontecimentos relacionados com os temas acima destacados se apoia em dados primários e secundários, obtidos por meio das seguintes fontes de pesquisa:

- a) documentos e relatórios disponíveis em acervos públicos e privados: Arquivo Público Mineiro, Arquivo do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, Comissão Nacional da Anistia, Comissão Nacional da Verdade (CNV), Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais (CONEDH), Centro Ecumênico de Documentação e Informação, dentre outros.
- b) livros, artigos, ensaios, pesquisas acadêmicas e material jornalístico, que se encontram relacionados nas referências bibliográficas.
- c) relatos pessoais coletados por meio de audiências públicas, oitivas e entrevistas, com religiosos e leigos que vivenciaram intensamente os fatos e acontecimentos ocorridos em Minas Gerais durante a ditadura militar.



7.2 A Igreja Católica, uma força perigosa

Para compreender como uma parte expressiva da Igreja Católica ganhou o *status* de inimiga da ditadura militar, é necessário contextualizar as transformações pelas quais ela passou no período que se estende de 1950 ao começo da década de 1960.

Nesta época, a Igreja inicia um processo de mudanças que reflete as transformações econômicas, políticas e sociais que ocorrem no País, mais especificamente nas regiões Sul e Sudeste: crescimento industrial, urbanização acelerada e a presença marcante na cena política populista dos movimentos estudantil, sindical e camponês. O que melhor expressa o início de um novo posicionamento da Igreja Católica foi o incentivo dado aos diferentes processos de participação dos leigos nas ações pastorais. Nesse sentido, ganha destaque o movimento da Ação Católica que reunia grupos de jovens de diferentes setores da sociedade brasileira, sob as seguintes denominações: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).¹

Este movimento, que nos primeiros anos de atuação tinha uma postura bem conservadora, passa a contar com o apoio valioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que desempenhava o importante papel de mediadora entre as inúmeras dioceses, tornando mais ágil e eficiente a comunicação entre elas, bem como atuava na coordenação das diversas atividades pastorais. A partir de 1952, a CNBB torna-se um ator fundamental nas relações entre a Igreja e o Estado. E o seu protagonismo, no projeto de consolidação da nova trajetória do catolicismo no País, se deve muito ao bispo Dom Helder Câmara, seu secretário nos primeiros dez anos de atuação.

O pensamento de Jacques Maritain e do movimento “Economia e Humanismo” do Padre Lebreton faz com que a Ação Católica assumira uma postura mais progressista. E Dom Helder Câmara, nomeado assistente nacional dessa entidade, contribuiu, de forma contundente para a inserção de seus militantes na realidade social.²

Em linhas gerais, neste período, marcado pela eleição do Papa João XXIII, pela Conferência Episcopal Latino-Americana (1958), pela publicação das encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) e pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), ocorre uma mudança crucial, tanto na liturgia quanto na ação



pastoral: um novo olhar sobre a realidade social e, por consequência, uma aproximação maior das camadas populares. Mas como salienta Ferreira *et al* "ainda é necessário articular esse período com aquele que o precede, detectando permanências e continuidades ao lado de propostas desafiantes. A Igreja é antiga e futura ao mesmo tempo."³

Assim, o processo de renovação da Igreja brasileira, ancorada nos pronunciamentos papais que enfatizavam questões relacionadas com justiça e igualdade social, direitos de todos e desenvolvimento econômico, ecoava de forma diferente nos corações e nas mentes dos católicos de diferentes regiões do País.

Em Minas Gerais, especialmente em Belo Horizonte, são os militantes da JUC dos cursos de Sociologia e Economia, que assumem um novo projeto de participação social buscando articular as dimensões religiosa, política e econômica. Na sua grande maioria eles eram originários do movimento de secundaristas católicos (JEC) que, sob a orientação do dominicano frei Mateus da Rocha, procuravam associar ao trabalho prático nas comunidades carentes a evangelização e o engajamento político. Assim, a atuação dos militantes da JUC se pautava na seguinte direção:

Para a vida religiosa as exigências da catequese, da vivência evangélica, da importância litúrgica, do incremento das vocações sacerdotais; para a vida política os jucistas preconizavam que os partidos se ligassem aos interesses das classes menos favorecidas e exploradas (...) e que "a opção pelo desenvolvimento brasileiro implicava na supressão do capitalismo". Assim sendo, termos como desenvolvimento socialista e nacionalismo passam a fazer parte da linguagem jucista.⁴

Estas propostas foram exaustivamente detalhadas no texto "Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro" apresentado pelo representante da Regional Centro-Oeste, o mineiro Antônio Otávio Cintra, no Congresso dos 10 anos e foi alvo de um caloroso debate dentro da JUC sobre o maior ou menor engajamento de sua militância nos problemas nacionais.⁵

Na verdade, esse ponto de discussão prenunciava uma mudança significativa nos rumos que tomariam os movimentos católicos leigos ainda no início dos anos 1960:

Foi no encontro de dez anos da JUC, realizado em 1960, na Guanabara, que ficou a posição diante do social, como exigência fundamental da própria fidelidade ao Evangelho. Não



inovamos nada. Repetimos com todos os Papas, a condenação ao capitalismo, a necessidade de uma estrutura mais justa e mais humana. Nossas teses expostas com a maior honestidade foram objeto de uma série de intrigas e de apêlidos de infiltração marxista.⁶

Com um trabalho intensivo de divulgação da doutrina social da Igreja no meio estudantil, a JUC vai, gradativamente, desenhando uma liderança católica no interior da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, conseqüentemente, causando a perda de poder de jovens socialistas e comunistas, que desde 1956 eram maioria na composição dos seus quadros dirigentes.

Neste processo de conquista de espaço político é importante destacar a presença de jucistas mineiros como Herbert José de Souza (Betinho), Henrique Novais, Vicente Caldeira Brant, Antônio Otávio Cintra, José de Anchieta Corrêa, Paulo Henrique Osório, entre outros. De acordo com Ferreira *et al.* "o eixo da liderança no movimento desloca-se de São Paulo para Belo Horizonte".⁷

O crescimento do protagonismo da JUC no cenário político nacional cria tensões e conflitos no interior da hierarquia eclesial da Ação Católica. Em dezembro de 1961, a Comissão Episcopal e de Apostolado dos Leigos decide proibir que jucistas participassem de qualquer tipo de eleição para cargos em organismos de política estudantil a partir de 1962.⁸ Este fato levou o jucista Aldo Arantes, recém-eleito à presidência da UNE, a abandonar a JUC permanecendo no posto conquistado para não precisar renunciar. Neste sentido, os atos de proibição e renúncia deflagraram uma grave crise que abriu espaço para o surgimento da Ação Popular (AP) em 1962.

Dom Helder, referindo-se aos momentos difíceis da Ação Católica e, de modo especial, aos embates e rupturas da JUC fez as seguintes afirmações:

A juventude não se embaraça em prudência, matizes e precauções. É normal que a juventude seja radical. (...) então, a um certo momento, uma parte da hierarquia ficou preocupada pelo que lhe parecia uma marxização da juventude estudantil universitária. (...) se a juventude universitária católica se radicalizou, se ela criou a Ação Popular (AP) foi porque ela acreditava que as encíclicas sociais não eram para ficar no papel. (...) esta radicalização da juventude universitária, da juventude estudantil, da juventude independente também, e da juventude operária, esta radicalização tinha primeiramente por responsáveis diretos, a nós bispos que não sabemos compreender.⁹



Este novo movimento leigo, que foi lançado sem nome, tinha como porta voz o jornal tabloide AP – Ação Popular, criado por dois de seus fundadores, Betinho e Vinícius Caldeira Brant, e que já circulava em Belo Horizonte, desde fins de 1961. Evidentemente, pela própria formação de seus primeiros dirigentes, as linhas básicas do pensamento da AP se apoiavam em muitos fundamentos filosóficos da JUC:

O documento-base segue a trilha do “ideal histórico” da JUC, principalmente quando adere às noções do padre Henrique Vaz, ele próprio entusiasta da AP e inspirado no filósofo católico francês Emmanuel Mounier. Contudo, aquilo que no “ideal histórico” da JUC era apresentado como uma perspectiva cristã genuína, agora é apresentado como uma perspectiva abrangentemente humanista.”¹⁰

Embora a maioria dos membros da AP fosse católica, fica claro no seu discurso que se negava o caráter confessional presente nos grupos da Ação Católica. Sua marca era manter-se livre do controle eclesial e aberta para não católicos ou cristãos.

Em 1962, o 25º Congresso da UNE elege Vinícius Caldeira Brant, para seu presidente nos próximos dois anos. Estava assim consolidada a liderança da AP no movimento estudantil. Mais uma vez a esquerda católica mineira assume um papel de destaque nessa nova configuração política.

Ao fortalecer progressivamente seus quadros, o movimento ganhará maior visibilidade no cenário político pré-64, exercendo sua influência também sobre outros setores sociais, como operários e camponeses. Em outras palavras, os militantes da AP procuravam cada vez mais disputar com outros partidos e organizações o papel de vanguarda no processo de mobilização e conscientização das massas populares, convocando-as para serem protagonistas das transformações da sociedade brasileira.¹¹

Em julho de 1963, durante quatro dias, Belo Horizonte foi sede de uma importante reunião: o 1º Encontro de Jornalistas Católicos. Este evento contou com a presença de 54 jornalistas que escreviam tanto para jornais religiosos como para a grande imprensa. O foco principal foi debater sobre o papel dos jornalistas católicos na narração dos fatos e no compromisso com a verdade das informações apresentadas aos leitores.¹²

Entre os conferencistas estava Dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo de Belo Horizonte, que abordou o seguinte tema: “O plano de emergência do



episcopado brasileiro”, com ênfase nos desafios da Igreja à época e seu papel junto à sociedade brasileira.¹³

O clima de efervescência política que vivia o País no período do governo de João Goulart possibilitou à Igreja Católica uma de suas mais importantes experiências no seu processo de aproximação com as camadas populares. Neste sentido, a atuação da JOC junto à classe trabalhadora ajudava as instituições religiosas a compreender melhor os valores, os anseios e as necessidades desse importante segmento social. E o que era essencial: se dedicar à formação de líderes combativos e conscientes do papel que deveriam desempenhar na sociedade brasileira. Por meio da JOC, a Igreja Católica expressava seu esforço no desenvolvimento de ações mais eficazes para a classe operária e também demonstra o avanço do clero progressista na promoção de mudanças sociais.

Sem impor limites temporais rígidos é possível afirmar que entre o final dos anos 1950 e o início da década de 1960 a Igreja Católica viveu momentos pen- dulares: não sendo um bloco homogêneo, não tinha um pensamento único. Neste sentido, foi visível a força do clero progressista e dos movimentos de leigos católicos na implantação e expansão de projetos sociais e educacionais e na implantação de ações de promoção dos direitos humanos imprescindíveis para a construção de um País mais justo e igualitário.

Em Minas Gerais, como em outras regiões brasileiras, o desempenho desses trabalhos coube às ordens religiosas: um papel de destaque em comparação com o clero secular. Para o frei franciscano Claudio Van Balen:

Os religiosos eram mais engajados e essa diferença pode ser atribuída ao espírito comunitário, vive-se em grupo, mais ligado ao povo. O religioso é menos burocrático que o padre secular. Ele acha que tem mais segurança porque vive tudo em comum. O padre secular vive sozinho, tem que cuidar dele mesmo. Ele não tem tanta mobilidade que tem o religioso, que vive dia e noite em comunidade, cercado dos outros.¹⁴

Pelo lado conservador, surgiu um grupo de bispos, sacerdotes e leigos que se tornaram arautos do anticomunismo e da infiltração comunista nas ordens e movimentos religiosos. Sendo assim, “terminaram por servir a manobras ideológicas, até mesmo com apoio da *Central Intelligence Agency* (CIA) do governo dos Estados Unidos como foi a Cruzada do Rosário em Família com a presença do padre Patrick Peyton.”¹⁵ Em Minas Gerais era o bispo de Diamantina, Dom Geraldo Proença Sigaud, quem liderava os ataques aos grupos religiosos progressistas e um de seus alvos era Dom Helder Câmara.



Em 1963, um grupo político conservador intitulado “Novos Inconfidentes” surge em Belo Horizonte reunindo representantes de diferentes setores da sociedade mineira, especialmente da classe média tradicional: militares da reserva das Forças Armadas, oficiais graduados da Polícia Militar, delegados de polícia, profissionais liberais, professores e estudantes universitários, além de empresários, latifundiários e religiosos. Os laços que uniam esse grupo tão heterogêneo eram o sentimento anticomunista e a ferrenha oposição ao governo populista do presidente João Goulart.¹⁶

Assim sendo, não é nenhuma surpresa que os “Novos Inconfidentes” contassem com a participação de Dom Sigaud, arcebispo de Diamantina, ao lado do jesuíta José Cândido de Castro e do padre secular João Botelho, membros bem representativos da ala mais reacionária da Igreja Católica em Minas Gerais e no Brasil.

No início de 1964, uma parte substantiva do clero brasileiro tinha, com muita tenacidade e ousadia, cortado os vínculos institucionais da Igreja Católica com o passado retrógrado e, por consequência, com sua imagem e linguagem tradicional. Um ator político renovado, interna e externamente, pronto para enfrentar os setores mais reacionários da sociedade que se opunham a qualquer mudança no *status quo*.

7.3 Aproximações e antagonismos entre o Estado e a Igreja

As relações entre as igrejas cristãs e o Estado brasileiro nunca foram lineares, havendo momentos de aproximação e de divergência de interesses, envolvendo desde os altos setores hierárquicos, até as ordens e movimentos religiosos, em diversas circunstâncias. Tais conflitos ficam mais evidentes quando inserido no golpe militar de 1964, onde a sociedade e consequentemente a Igreja Católica acabam por se polarizar diante da situação nacional.

Sem dúvida o movimento de 31 de março agravou ainda mais a crise interna entre os católicos. De um lado, a maior parte da hierarquia eclesial apoiou o golpe militar. Por exemplo, “Dom João Rezende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, abençoava sob sigilo a rebelião do governador Magalhães Pinto.”¹⁷ Em várias paróquias do interior de Minas Gerais aconteceram manifestações de apoio ao golpe: na cidade de Raposos, o padre Antônio Donato de Lima, cedeu a casa paroquial para os interrogatórios da Polícia Militar e também entregou uma lista de “comunistas” da cidade.



As tensões entre Igreja e Estado tornaram-se mais explícitas após o golpe, uma vez que diversos grupos religiosos se colocaram contra o regime militar por defenderem a retomada do sistema democrático e por lutarem pelos direitos sociais das populações mais necessitadas: dominicanos, jesuítas, franciscanos, lazaristas, redentoristas, entre outros. No dia 1º de abril, o convento dos dominicanos no Bairro Serra foi invadido por forças militares. Esta escolha está associada à militância desta ordem religiosa que abria o seu espaço para reuniões e encontros de diferentes grupos da esquerda católica. No mesmo dia a sede da Ação Católica, localizada no Edifício Eugênio Paccelli, foi invadida pelo grupo paramilitar “Novos Inconfidentes”, e seu fundador, padre Willian Silva, foi indiciado em um IPM.

Nesse embate, é importante destacar a atuação dos leigos católicos que, com a tomada de postura mais engajada por parte da Igreja, começam a buscar ações de cunho pastoral tanto para evangelizar, quanto para auxiliar as populações mais necessitadas a reivindicarem seus direitos. Mas, após 1964, a atuação destes setores mais envolvidos com questões sociais foi atingida por importantes mudanças na cúpula da Igreja Católica. Os líderes mais progressistas como Dom Hélder Câmara, no momento arcebispo de Recife e Olinda, entre outros, foram substituídos por religiosos mais conservadores. Esta transformação ocorreu durante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil realizada em 1966. Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, foi nomeado para a Comissão dos Apostolados dos Leigos e não tinha a mesma empatia e entusiasmo com o crescimento dos movimentos laicos.

Em Minas Gerais, as divergências também eram bastante acentuadas por uma parte da Igreja, entre os que apoiavam e os que eram contrários ao governo militar. O convento dos dominicanos foi um espaço de acolhida para opositores do regime militar. Os frades demonstram a sua sensibilidade diante da turbulência que o Brasil enfrentava, demonstrando uma postura mais efetiva em relação aos acontecimentos da sociedade brasileira. Dessa forma, buscavam contribuir sempre que possível com militantes e organizações de esquerda. Por isso, das ordens religiosas progressistas o maior alvo eram os dominicanos, que recebiam constantemente buscas policiais e eram levados para prestar depoimentos nos órgãos de repressão. Frei Oswaldo Augusto Rezende Júnior, em seu depoimento, descreveu um desses momentos:

[...]nós estávamos rezando, quando chega a polícia. Queriam vistoriar o convento porque Castelo Branco, o primeiro ditador, viria a Belo Horizonte, em visita. E ele passaria, necessariamente, pela Rua do Ouro para ir ao Palácio das



Mangabeiras [...]. Então, para fazer a segurança [...] eles vieram fazer uma visita ao Convento. Nós ficamos indignados. Como se nós fossemos ficar de metralhadora ou fuzil na janela para matar o presidente. [...] Como reação a isso, nós colocamos panos pretos [das janelas] dos quartos do noviciado.¹⁸

Um exemplo de participação efetiva nas questões sociais e nos confrontos com o governo militar é o padre Francisco Lage, mineiro da cidade de Ferros e religioso da ordem dos lazaristas. Lage aproximou-se da população pobre da favela dos Marmiteiros em Belo Horizonte, integrando as reuniões pela defesa da moradia. Segundo o seu relato:

Fui a dom Cabral para pedir-lhe licença para participar das reuniões clandestinas dos comunistas e não senti nenhuma dificuldade, antes um incentivo discreto para estar presente aonde fosse, contando que para ajudar os pobres.¹⁹

Essas reuniões possibilitaram a organização dos moradores da Vila dos Marmiteiros sendo, em 1948, fundada a Associação de Defesa Coletiva (ADC), para enfrentar as ameaças de despejo nessa região que estavam sofrendo²⁰. A ADC serviu de inspiração para o surgimento de outros movimentos de favelas que se organizaram e deram início a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH). Dentro desta efervescência, é interessante apontar que

[...] outros padres, como Agnaldo Leal e Tarcísio Rocha, emprestaram prestígio e apoio ao novo associativismo na década de 1950. Esse diálogo consagrou-se na publicação do manifesto dos párcos belo-horizontinos pelo “direito de morar” em 1959, apoiando a luta das favelas.²¹

Além da atuação no movimento dos favelados, o padre Lage participou da primeira reunião regional da Ação Católica em Nova Lima. Engajou-se também em greves de trabalhadores urbanos e na dos mineiros da mina de Morro Velho, na educação de crianças pobres e na assistência da Juventude Operária Católica (JOC), tornando-se uma grande referência política. Esse engajamento acabou por aproximá-lo do então presidente João Goulart e do PTB. Candidatou-se a deputado pelo mesmo partido e posteriormente trabalhou na criação de sindicatos rurais, realizando diversas viagens para apaziguar conflitos entre latifundiários e posseiros no estado de Minas Gerais. Em entrevista ao *Jornal Brasil Urgente*²², ele explicou sua posição partidária “[...] é impossível fazer política operária sem os operários. E os operários, pelo menos em meu estado, votam no PTB.”²³



Francisco Lage tornou-se o primeiro religioso mineiro a ser preso. Detido em Brasília no dia 10/04/1964, foi entregue à Polícia Militar mineira que estava acampada no Distrito Federal. No DOPS/MG foi despido várias vezes e submetido ao “corredor polonês”. Lage ficou desamparado por alguns setores da Igreja, sendo que Dom Geraldo Sigaud, na versão mineira da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, solicitou ao governo “revolucionário” a execução “em nome de Deus” de 20 lideranças consideradas comunistas, entre elas o padre Lage. Na prisão, tomou conhecimento desse fato, quando um soldado levou o Jornal Estado de Minas para o DOPS bradando “O padre Lage vai ser fuzilado.”²⁴

Enquanto as investigações ocorriam, o diretor do DOPS, Fábio Bandeira, deu a Lage o direito de escolher um convento para ser transferido. A primeira opção foi o convento dos dominicanos, mas o pedido foi negado, pela invasão militar já descrita nesse Capítulo. Lage acabou transferido para o convento dos franciscanos, no Carlos Prates. Enquanto o processo corria, foi levado para Juiz de Fora e mais tarde para o Hospital Central do Exército na Tijuca, no Rio de Janeiro, para tratar de problemas do coração e de onde, sem sucesso, tentou fugir. Conseguiu *habeas corpus* somente em maio de 1965 quando ganhou liberdade. Condenado a 28 anos de prisão pelo crime de “ter tentando a preço de dinheiro entregar o Brasil de João Goulart ao Vietnã”²⁵, padre Lage abrigou-se na Embaixada do México, deixando o Brasil em dezembro de 1965. Ao longo dos episódios que viveu, ressentiu-se muito pelo fato de a Igreja Católica não ter tido uma postura mais efetiva em relação aos duros episódios de perseguição pelos aparatos de repressão militar.²⁶

A Igreja mineira, nesse momento, encontrava-se extremamente dividida, os conservadores tinham a forte influência de Dom Sigaud, do padre João Botelho e do padre Caio de Castro, todos apoiadores do movimento *Tradição, Família e Propriedade* (TFP). Esse grupo de extrema direita foi fundado, em São Paulo, por Plínio Correia de Oliveira, com o objetivo de combater o comunismo e o socialismo, se opondo fortemente a qualquer reforma progressista. O padre João Botelho também havia fundado, em 1956, o Movimento por um Mundo Cristão (MMC) em Belo Horizonte, de caráter bem reacionário. Além de ajudar na organização da Marcha da Família com Deus, o MMC fortificou o discurso anticomunista no periódico *Por um Mundo Melhor*, um programa semanal na TV Itacolomi e participações em programas de rádio.²⁷

O Inquérito Policial Militar (IPM) do padre Francisco Lage foi o primeiro de muitos abertos para investigar os religiosos de Minas Gerais. Entretanto, aos poucos, as ordens religiosas passaram a se posicionar de forma contrária às arbitrariedades



do regime militar, sobretudo aquelas cometidas contra os seus religiosos, abandonando progressivamente as fileiras dos apoiadores do governo ditatorial.

O endurecimento do regime militar foi estreitando as relações entre os setores progressistas da Igreja Católica e os estudantes, sobretudo os mais ativos nos movimentos estudantis. As igrejas tornam-se locais de resistência, possibilitando encontros e reuniões repreendidas pelo aparato estatal. Segundo frei Oswaldo, “os dominicanos eram vistos, no meio estudantil, como uma espécie de guarda-chuva ao que se recorre na hora da tempestade”. Por causa de sua ativa participação junto aos militantes de esquerda, a ordem dominicana tornou-se *persona non grata* para o regime, como conta frei Betto:

[...] meu pai, Antônio Carlos Vieira Christo, encontrou-se com o escritor Augusto de Lima Júnior na livraria Itatiaia, em Belo Horizonte. O velho historiador mineiro era ardoroso defensor do golpe militar de 1964 e muito amigo do general Lyra Tavares, então ministro do Exército. Lima Júnior chamou meu pai a um canto e sussurrou-lhe: “Onde está seu filho? Continua nos dominicanos? ” Diante da confirmação, advertiu: “Diga a ele para mudar de ordem, passar para os salesianos, pois os dominicanos vão sofrer muito no Brasil. ”²⁸

Outro exemplo importante dessa aproximação foi a postura dos religiosos da Igreja do Carmo, em Belo Horizonte. Em entrevista realizada para o Núcleo de História Oral da UFMG, frei Cláudio Van Balen, da ordem dos franciscanos, apontou que a instituição era

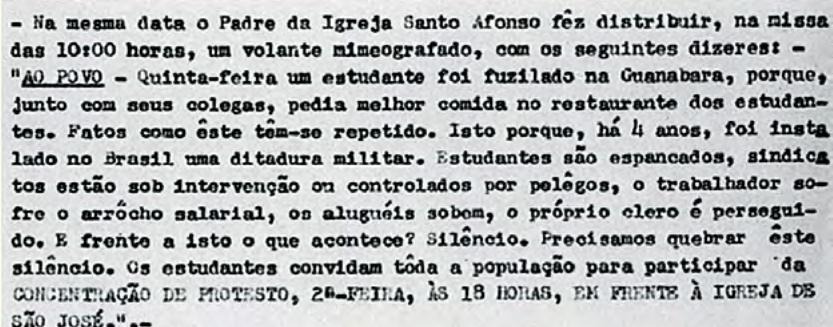
[...] muito aberta ao pessoal da JIC, da JOC, da JUC, todo mundo [...]. Nós não éramos tão visados, no começo, como os dominicanos. Então, muita reunião acontecia aqui, de grupos que eram visados e que não tinham espaço. Então, nós aqui abríamos a casa, que era muito grande.²⁹

Nesse contexto, outras igrejas também se abriram para os militantes contrários à ditadura. A Igreja São Francisco das Chagas, localizada no Bairro Carlos Prates, abrigou o 28º Congresso da União Nacional dos Estudantes. A entidade havia sido suspensa, mas as reuniões ocorreram de forma clandestina. Esse encontro aconteceu no dia 28/06/1966, na cripta da igreja, os estudantes estavam munidos de senha e contrassenha, quando um afirmava que o “O maior Papa da história foi João XXVIII” o outro deveria responder “Não, foi Paulo VI”. O Jornal Estado de Minas deu grande destaque para o Congresso clandestino, apontando seu caráter subversivo e demonstrando como o governo estava pronto

para agir contra os estudantes. Foi dado destaque à proteção que esses jovens receberam dos dominicanos e franciscanos, mesmo contrariando as ordens do governo militar.³⁰ Em setembro desse mesmo ano, frei André foi chamado para prestar depoimento por ter permitido, como prior do Convento dos Dominicanos, a hospedagem de estudantes participantes do Congresso, na instituição. Em sua fala, ele alegou ter descoberto o posicionamento do governo, contrário à realização do evento, somente após a partida dos jovens.³¹

Em 28/03/1968 o estudante Edson Luís é baleado durante um embate entre a polícia e estudantes no Rio de Janeiro, próximo ao Restaurante Calabouço. A morte do rapaz culminou em grande comoção nacional, fazendo eclodir da sociedade civil uma série de manifestações contrárias à violência do regime militar. Os religiosos Antônio de Muniz Rezende – o frei André, já citado anteriormente – Hugo de Lucena Lopes e Frederico Ozanam Pereira redigiram um manifesto criticando a postura repressora do governo. O documento recebeu a assinatura de 34 religiosos, sendo a maioria atuante no estado de Minas Gerais. Distribuído no dia seguinte após a morte do estudante, o mesmo ficou conhecido como a “Declaração dos Padres”.

Além desse manifesto, a morte de Edson Luís resultou em diversas passeatas, que ocorreram em todo o País. Em Belo Horizonte a manifestação foi marcada para o dia 1º de abril, em frente à Igreja São José. Além de abrir suas portas para reuniões políticas, a igreja também abrigava os militantes perseguidos pela polícia. Localizada a 100 metros da Praça Sete, essa região é um importante palco de manifestações da capital mineira, pois atividades realizadas ali ecoavam em toda a cidade.



- Na mesma data o Padre da Igreja Santo Afonso fez distribuir, na missa das 10:00 horas, um volante mimeografado, com os seguintes dizeres: - "AO POVO - Quinta-feira um estudante foi fuzilado na Guanabara, porque, junto com seus colegas, pedia melhor comida no restaurante dos estudantes. Fatos como este têm-se repetido. Isto porque, há 4 anos, foi instalado no Brasil uma ditadura militar. Estudantes são espancados, sindicatos estão sob intervenção ou controlados por pelêgos, o trabalhador sofre o arrôcho salarial, os aluguéis sobem, o próprio clero é perseguido. E frente a isto o que acontece? Silêncio. Precisamos quebrar este silêncio. Os estudantes convidam toda a população para participar da CONCENTRAÇÃO DE PROTESTO, 2ª-FEIRA, ÀS 18 HORAS, EM FRENTE À IGREJA DE SÃO JOSÉ.".-

Figura 1: Convocação para se quebrar o silêncio. Fonte: APM, Arquivo DOPS 5309³²

Após o AI-5, a “Declaração dos Padres” foi considerada um documento subversivo, por supostamente incitar a animosidade entre as Forças Armadas e as instituições civis. Por esse motivo, abriu-se um inquérito presidido pelo Coronel de



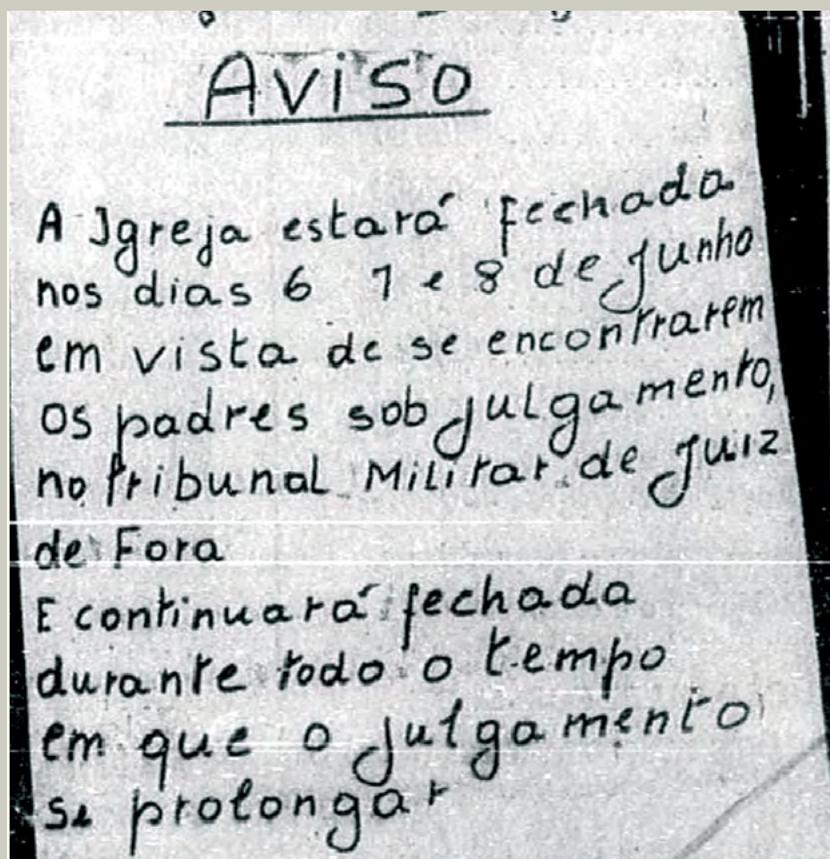
cavalaria Euclides de Oliveira Figueiredo Filho contra os religiosos que haviam assinado o manifesto.³³ Os padres indiciados foram: Alberto Antoniazzi (secular), Antônio Gonçalves (secular – vigário da Paróquia Santos Anjos da Guarda), Antônio Muniz de Rezende (dominicano), Arnaldo Ribeiro (secular - vigário Episcopal das Religiosas), Augusto Pinto Padrão (secular), Cândido Bizewski (jesuíta), Carlos Alves da Silva (dominicano), Eidemar Pinto Massote (jesuíta), Felipe Soares Aranha (secular laicizado), Francisco de Souza Viana (secular laicizado), Francisco Maria Pires Teixeira, Frederico Ozanam Pereira (secular laicizado), Hugo de Lucena Lopes (dominicano – prior dos dominicanos), Humberto Geraldo Pereira (dominicano), Jacobus Gerardus Hubertus Mesters (franciscano), Jan Hendrik Maria Meeks (franciscano), Jayme Lopes Cançado (sacramentino de Nossa Senhora), Jerzy Wasilewski (dominicano), Jildert Tjalling Van Balen (franciscano), João Darós Casagrande (dominicano), José Fragoso Filho (carmelita), José Geraldo Campos (redentorista), Juan Antonio Ruiz de Copegui (jesuíta), Lélío Avelino de Barros (salesiano), Luiz Aurélio Rodrigues de Andrade (lazarista laicizado), Martinho Penido Burnier (dominicano), Miguel Elousa Rojo (jesuíta), Reginaldo Dutra Pessanha (secular), Rosário Joffily (dominicano), Tarcísio Machado Rocha (secular – Igreja de São João Evangelista), Virgílio Leite Uchoa (secular), padre Wilhelmus Petrus Tolemar (franciscano) e William Silva (secular). Durante o ano de 1971, há uma série de arquivos do DOPS solicitando os antecedentes criminais dos investigados.

O julgamento ocorreu em junho de 1973, na Auditoria da 4ª Região Militar em Juiz de Fora, absolvendo todos os indiciados. Frei Cláudio Van Balen conta que, durante o processo, ele e outros três religiosos da Igreja do Carmo fecharam diversas vezes a Igreja do Carmo para prestar depoimento em Juiz de Fora. Quando isso acontecia “Ficava tudo fechado, com faixas do lado de fora. Nós fazíamos isso só para provocar. [...] para denunciar os bichos.”³⁴

Ainda em 1968, ocorreu o 30º Congresso da UNE, dessa vez realizado clandestinamente em um pequeno sítio na cidade de Ibiúna/SP. O IPM aberto para averiguar esse encontro apontou ligações do clero mineiro, especificamente os dominicanos, com atividades consideradas subversivas. Para averiguação dos fatos, foi aberto um IPM intitulado Diocese de Itabira, sob recomendação do Coronel Euclides de Oliveira Figueiredo Filho.

O IPM aberto em Itabira abordou diversas ações dos religiosos das Comunidades do Horto de Ipatinga, Cariru, Coronel Fabriciano e outras da região do Vale do Aço. Como destaque, o artigo “Independência ou Morte???” datado de 07/09/1969 e publicado pelo Jornal O Fato. Esse Jornal era um semanário feito por iniciativa dos religiosos da diocese, padre Cícero de Castro, padre José Valetim Bertollo,

padre Joseph Cornelius Maria de Man, padre José Nazareno Ataíde, o irmão da congregação Nossa Senhora Mãe de Misericórdia Petrus Martinus, padre Jorge Abdalla, padre Ferreira Monção e padre Wilson Moreira. Além de responsáveis pelo Jornal, eles também elaboraram em conjunto os textos. Todos foram enquadrados no artigo 39 da Lei de Segurança Nacional, indo a julgamento em 1972.³⁵



AVISO

A Igreja estará fechada nos dias 6, 7 e 8 de junho em vista de se encontrarem os padres sob julgamento, no Tribunal Militar de Juiz de Fora.

E continuará fechada durante todo o tempo em que o julgamento se prolongar.

Figura 2: Aviso: padres em julgamento, igreja fechada. Fonte: Arquivo DOPS - Diário da Tarde, 08/06/1973

Na documentação, os responsáveis pelo inquérito lamentaram o mesmo não ter sido aberto quando as denúncias surgiram, culpando o atraso de quase um ano para justificar o fato de não terem alcançado os resultados almejados, dando aos religiosos tempo suficiente para destruírem as provas de suas atividades subversivas. O famoso promotor militar, Joaquim Simeão de Faria, alegou que o artigo utilizava de trechos do Hino Nacional indevidamente, além de questionar erroneamente a Junta Militar. Além disso, o fato de os padres não terem tocado os sinos das igrejas durante as comemorações da Semana da Pátria foi também considerado prova de que os mesmos diminuíram os ideais da “revolução”, subvertendo a ordem pública³⁶. Os religiosos foram todos absolvidos por unanimidade.



Em Belo Horizonte, alguns frades também tiveram problemas com suas publicações religiosas, geralmente distribuídas durante as missas dominicais. Frei Cláudio demonstra que nenhum deles assumia autoria individual para que ninguém fosse usado como bode expiatório:

[...] eles queriam saber quem fazia esses folhetos. Eu falava “não tem ninguém não, é uma equipe de padres da igreja, a gente faz em conjunto.” [...] Recebia conselho deles, para não falar de liberdade, justiça “estamos numa situação de exceção, o senhor tem que compreender.” E eu falava para eles: “bem, vocês podem me pegar como quiser, mas deixar de falar de liberdade e justiça, nós não vamos não.” Aí me mandavam... “você fazem todo domingo isso?” Todo domingo. “Tem mais folheto?” Tem uai. [...] “Então você vai me trazer duas cópias do ano inteiro.”³⁷

Frei Cláudio, por diversas vezes, precisou dar declarações aos agentes públicos dos órgãos de repressão, em Belo Horizonte. Era comum que aqueles fizessem ameaças pelo fato de ser estrangeiro. Diziam com toda ênfase “[...] iam mandar todo mundo de volta.”³⁸ Um dos depoimentos ocorreu em 03/02/1972, quando ele foi denunciado por ter ajudado na distribuição das cartas redigidas pelos presos políticos em Linhares. “Nós ajudamos, mas esse movimento foi grande. [...] aí o rapaz (Edésio Passos) foi preso, ele falou que estas torturas, a descrição tinha sido batida numa máquina aqui na Igreja do Carmo e [...] multiplicada num xerox daqui também.”³⁹ No DOPS da Avenida Afonso Pena, frei Cláudio foi colocado frente a frente com o militante que o denunciou, e mesmo assim negou a acusação:

Eu lembrava do episódio, sabia que nós tínhamos ajudado a divulgar. Mas que foi passado, eu tenho quase certeza que não foi. Bom, então eu neguei. [...] fiquei lá a manhã toda [...]. Não me maltrataram fisicamente, mas moralmente tentaram me pegar. [...] E eu não abri a boca. E foram de oito da manhã até o meio dia.⁴⁰

As instituições católicas e seus membros progressistas foram ficando cada vez mais visados, repreendidos e violados, mas a postura da Igreja nesse momento era de proteção aos seus membros. Em 1978, ocorreram dois ataques à bomba contra instituições religiosas: o primeiro foi realizado em 11 de setembro no Colégio Santo Agostinho, enquanto ocorria uma noite de debates sobre os direitos humanos.⁴¹ O segundo atentado ocorreu dois dias depois, teve como alvo a Igreja São Francisco de Chagas, onde acontecia uma vigília. Já em maio de 1980, houve um outro atentado. Dessa vez, a Igreja São José foi pichada e depredada com frases ofensivas. Em 1982, o Padre Antônio Haddad, pároco da



Igreja da Boa Viagem, foi sequestrado, levado para um motel, despido e fotografado juntamente com uma mulher. Esse sequestro foi apontado pelo padre Henrique Moura de Faria como uma tentativa de “desmoralizá-lo, para que a Igreja fosse atacada [...]. Os militares faziam isso com muita gente, mas graças a Deus foi provado que tudo era mentira.”⁴²

Além de proteger seus religiosos, a Igreja Católica teve um cuidado importante de se preocupar com aqueles que sofriam diante das arbitrariedades cometidas pelos militares. Não raro, foram as missas e vigílias realizadas nas igrejas de Minas Gerais com o intuito de denunciar prisões ilegais.

Os religiosos também se prontificavam a ir em delegacias, a fim de garantir que os presos não fossem torturados e pudessem ser libertados da maneira mais digna. Todas essas violações de direitos tencionaram, cada vez mais, as relações entre a Igreja Católica e o Estado ditatorial, criando um distanciamento cada vez maior entre eles.

Durante o governo militar, as igrejas protestantes tradicionais assumiram um posicionamento diferente da Igreja Católica. Ou seja, de maior alinhamento com a proposta do regime militar por acreditarem na existência de um “inimigo interno”, que seria o avanço comunista do Brasil, e que isso representaria uma ameaça real à sociedade brasileira. Por isso, deveria ser combatido de todas as maneiras. Como exemplo, a Igreja Presbiteriana possuía grande prestígio entre a classe média e os militares, o que levou à contribuição dos seus membros com o regime, tanto que

[...] três presbiterianos da ilustre família Gueiros vêm tendo participação ativa no delineamento dos destinos do país desde a deposição do Presidente Goulart. Eraldo Gueiros Leite, no momento em que escrevemos, é Procurador Geral da Justiça Militar da Presidência da República, Evandro é Procurador da Justiça Cível, e Nehemias Gueiros entrou para a História como redator do Ato Institucional nº 2. Vale mencionar o nome de Jeremias Fontes, outro filho do protestantismo (presbiteriano) designado por Castelo Branco e eleito em pleito indireto para governador do Estado do Rio. [...].⁴³

É significativo apontar algumas diferenças entre a Igreja Católica e as Igrejas Protestantes tradicionais: Metodista, Luterana, Batista e Presbiteriana, para poder compreender melhor os posicionamentos dessas igrejas cristãs. Enquanto o catolicismo chega ao Brasil, juntamente com a fundação do País, promovendo a catequização da população e certa hegemonia religiosa, as doutrinas protestantes,



sob a influência da cultura norte americana, chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX. A difusão do protestantismo foi possibilitada com o surgimento dos primeiros centros de educação para formação protestante. Em Minas Gerais, podemos destacar o Instituto Metodista Granbery (1898), o Instituto Metodista Izabela Hendrix (1904), o Colégio Batista (1918) e a Sociedade Presbiteriana de Educação e Pesquisa, antigo Colégio Caratinga (1942).

Nesse Capítulo, nossa análise busca compreender as igrejas protestantes tradicionais, como a Presbiteriana e Metodista, diante da ruptura do Estado Democrático. Essas duas vertentes têm forte característica do *pietismo*: uma doutrina que durante o século XX teve caráter fundamentalista, de cunho anticientífico, antidarwinista e anticomunista, repelindo a intelectualidade como um pecado que, por muitas das vezes, afastava o cristão da vida santificada. O Instituto Metodista Granbery, localizado em Juiz de Fora, por exemplo, aproximou-se bastante da ideologia Integralista durante a década de 1930, já demonstrando uma inclinação do protestantismo ao discurso ufanista e anticomunista. A visita do reverendo norte americano Carl McIntire, em 1951, marca o início de uma grande aproximação com a alta hierarquia da Igreja Presbiteriana. McIntire era uma figura que já havia denunciado muitos protestantes nos Estados Unidos, acusando-os de comunistas e rechaçando aqueles professores que ensinavam o darwinismo nas escolas. Após o golpe militar de 1964, a prática de delação dos próprios membros da congregação foi constante no meio presbiteriano,

Aliando-se aos militares, as igrejas protestantes passariam a participar do seu poder, ao mesmo tempo em que seria possível eliminar, pelo braço armado do Estado, os hereges que estavam tentando quebrar a gaiola. A Igreja, então, se adiantou ao Estado. Ela tomou a iniciativa de entregar os seus hereges, sob a acusação de subversão e comunismo.⁴⁴

Os presbiterianos conservadores, antes mesmo de 1964, já tentavam tolher os jovens progressistas, censurando jornais e aplicando disciplinas severas nos colégios e seminários. Já a Igreja Metodista era considerada levemente mais engajada com órgãos que atuavam próximos a movimentos de esquerda, como a Junta Geral de Ação Social (JUGAS). Ofereciam atividades que visavam combater os vícios, programas de melhorias na alimentação e também de alfabetização. Atividades que no contexto pós-golpe muitas vezes foram consideradas como suspeitas e “coisas de comunistas”.

As igrejas protestantes começaram um movimento de aproximação em 1948, quando foi instalado o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), e os temas deste



Conselho vão caminhando lentamente para as questões sociais. A partir da década de 1960, o Movimento Ecumênico Internacional (MEI) começa a discutir questões relativas ao terceiro mundo. Paralelamente, é fundada a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), aproximando os movimentos jovens das igrejas protestantes em prol de ações sociais e projetos educativos. Já com o golpe, ainda em 1964, a Confederação Evangélica do Brasil foi invadida, tendo seus arquivos apreendidos, iniciando uma série de perseguições do aparelho governamental contra personalidades, pastores e membros. Mesmo nessas condições, o movimento ecumênico se fortaleceu, passando a denunciar as violações e torturas do governo militar. Em Belo Horizonte foi criado o grupo de padres e pastores pelos direitos humanos, bastante perseguido pela ditadura.⁴⁵

Em Minas Gerais, encontramos o caso de Lemuel Cunha do Nascimento, reverendo da Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, bastante perseguido pela ala conservadora da Igreja. No ano de 1967, Lemuel é reeleito líder da congregação, entretanto as instâncias superiores da Igreja Presbiteriana anularam as eleições pois, segundo o reverendo Boanerges Ribeiro, Lemuel era um “papagaio teologante”, de “esquerda” e “ecumentista” – expressão utilizada pejorativamente para se referirem aos membros considerados de esquerda, uma mistura de ecumênico com comunista.⁴⁶ O pastor da Segunda Igreja já era uma figura investigada pelo DOPS mineiro desde 1964, por uma declaração dada ao jornal católico Brasil Urgente e também por suas publicações no Jornal Presbiteriano. Foi encontrada nos arquivos do DOPS uma pasta com o seu nome, contendo recortes dos jornais e uma carta escrita pelo próprio reverendo.

A declaração ao Brasil Urgente, abordava a necessidade de os cristãos buscarem justiça social, a humanização dos indivíduos, alegando também que Karl Marx não estava de todo errado em suas convicções ao afirmar que a religião era o ópio do povo. Já o Jornal Presbiteriano, denominado *O Arauto*, era uma publicação da própria Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, por abordar temas como a justiça divina. Em sua carta, além de se afirmar anticomunista, Lemuel alegava desconhecer para qual jornal sua entrevista seria publicada. Mesmo escrevendo uma carta ao DOPS, os setores conservadores presbiterianos o consideravam um elemento perigoso.⁴⁷

Em 1967, a congregação da Segunda Igreja Presbiteriana, mesmo com a anulação das eleições, decide passar por cima da alta hierarquia, efetivando o reverendo Lemuel em seu cargo. De forma arbitrária e ilegal, o alto escalão presbiteriano decide dissolver a Segunda Igreja, fechando com grossas correntes o templo situado na Rua dos Guajajaras. Em ato de desobediência, os fiéis



reabrem o templo para prestarem culto. Esses membros foram denunciados como “arrombadores de templo” e o reverendo Lemuel, destituído de vez do seu cargo, viu-se obrigado a se exilar nos Estados Unidos.⁴⁸

A política de delação dentro das igrejas para os agentes repressivos foi bastante presente, atingindo também os pastores G. Wenzel e Rubem Alves, das Igrejas Presbiterianas de Governador Valadares e Lavras, respectivamente. Rubem Alves é informado, por amigo, de uma carta enviada às forças repressivas, que denunciavam seis pastores da igreja, entre eles o já aqui citado Lemuel Cunha Nascimento. O pastor Rubem Alves, assim como Lemuel, vê no exílio uma solução, iniciando um doutorado nos Estados Unidos. Sua tese “Por uma Teologia da Libertação” - no original *Towards a Theology of Liberation* - é considerada como uma das precursoras do movimento que ficou conhecido depois como a Teologia da Libertação, consagrada na década de 1970 pelas obras de Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff.⁴⁹

É importante salientar que as ações políticas realizadas por membros das igrejas protestantes eram feitas isoladamente por indivíduos, não havendo dentro delas, órgãos ou movimentos próprios na organização e execução de atos de oposição ao regime militar. No meio estudantil, importantes nomes da militância pertenciam às igrejas protestantes, entre eles: Juarez Guimarães Brito, Renato Godinho Navarro, Apolo Heringer Lisboa, Ivan Mota Dias, Daniel José de Carvalho, Devanir José de Carvalho e Joel José de Carvalho.

A liderança da Igreja Metodista Central de Belo Horizonte passou a ver no grupo de jovens um foco subversivo, pois alguns de seus membros eram conhecidos como líderes de movimentos de esquerda, sendo um deles, Renato Godinho Navarro, da AP. Godinho trabalhava como operário na região industrial de Contagem, onde auxiliou na organização de duas importantes greves em 1968. Durante uma das assembleias de metalúrgicos dentro de uma igreja na Paróquia Nossa Senhora do Sagrado Coração, no Bairro Inconfidência, Renato Godinho foi preso e levado para o DOPS de Belo Horizonte. Após sua libertação, passa a viver na clandestinidade, até ser preso novamente em Santo Amaro da Purificação, quando sofreu diversas torturas, ficando três meses, sem estar fichado, em prisão ilegal. Em 1972, foi julgado e condenado somente a três anos e seis meses de prisão.⁵⁰

No grupo de jovens da Igreja Metodista Central de Belo Horizonte, à qual Renato Godinho pertencia, foram expulsos, ainda em 1968, dois professores da Escola Dominical, o casal Libério Correia Filho e Raquel Correia Ferreira. Considerada a



principal Igreja Metodista da capital mineira, o grupo de jovens liderado pelo casal realizava trabalhos missionários em favelas e reunia, aproximadamente, 200 participantes. Libério e Raquel foram demitidos sob acusação de “comunismo”. Em protesto, o prédio de educação cristã da Comunidade amanheceu pichado, com expressões como “Fora Goodwin” e “Go Home”. Essas pichações se referiam ao principal pastor da igreja, tornando-se motivo de investigações internas, nas quais seus próprios membros da igreja interrogaram e espionaram os jovens da congregação em busca de atividades consideradas suspeitas. Como nada foi descoberto, as lideranças da Igreja encaminharam suas denúncias ao DOPS.⁵¹

Apolo Heringer Lisboa, líder jovem da Igreja Presbiteriana, foi preso pela primeira vez em maio de 1964, ano em que estava na presidência do Diretório Acadêmico Alfredo Balena. Sua segunda prisão ocorreu em 1966, quando coordenou uma manifestação da UNE contra a posse do general Costa e Silva. Após as prisões, tornou-se integrante da Polop, da qual foi diretor estadual. Com a divisão desta organização, Apolo auxilia na criação do Colina. Forma-se em 1968 e entra para a clandestinidade, fugindo do País em 1973, quando se exila no Chile.⁵²

Protestantes mineiros também foram perseguidos e mortos fora do estado. Juarez Guimarães estudou no Colégio Batista, mas era membro da Igreja Presbiteriana, em Belo Horizonte. Ele integrou a juventude do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), atuando em sindicatos e participando de diversas mobilizações como a Greve dos Mineiros em Nova Lima, contra a empresa *Hanna Corporation* e dos trabalhadores da Liga Camponesa em Três Marias. Suas atividades políticas fizeram com que ele fosse preso ainda em 1964, em Recife, onde trabalhava na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Juarez foi líder do Colina e posteriormente da VAR – Palmares e atuou em várias operações armadas em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. A maior ação armada comandada por ele foi o assalto ao cofre da amante do ex-governador paulista, Adhemar de Barros, angariando 2,8 milhões de dólares, que deveriam ser utilizados na guerrilha urbana. Vítima de uma emboscada no Rio de Janeiro em 18/04/1970, Juarez Guimarães, para não ser preso, recorreu ao suicídio, atirando no próprio ouvido, quando já estava ferido à bala e cercado pelos agentes da repressão.⁵³

Zwinglio Mota Dias, pastor da Igreja Presbiteriana no Rio de Janeiro, também foi considerado subversivo por participar do movimento ecumênico. Zwinglio foi preso no DOI-CODI da cidade do Rio de Janeiro em 1º/07/1970, quando sofreu tortura psicológica para denunciar o seu irmão Ivan Mota Dias, integrante do movimento estudantil e também membro da Igreja Presbiteriana. Zwinglio exilou-se no Uruguai, mas Ivan Mota Dias não teve a mesma sorte, sendo hoje



um dos vários desaparecidos políticos. Ivan teve a sua primeira prisão durante o Congresso de Ibiúna e posteriormente foi acusado de manter ligações com organizações revolucionárias dentro e fora do País. Condenado a oito anos de prisão por ser integrante do PCB, passou a viver na clandestinidade. Foi preso novamente em 15/05/1971, desta vez no Rio de Janeiro, por agentes do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), e foi dado como desaparecido. Segundo o depoimento de Inês Ettiene Romeu, sobrevivente da “Casa da Morte”, em Petrópolis, Ivan foi um dos militantes assassinados nesse local de tortura.⁵⁴

Os irmãos Daniel, Joel e Devanir José de Carvalho pertenciam a uma família metodista da região de Muriaé, que havia emigrado para São Paulo durante a década de 1950. No ABC paulista, os três tornaram-se operários e atuaram ativamente como militantes do PCdoB. Pertenciam ao grupo dissidente do Partido, que deu origem à Ala Vermelha. Devair José, em 1969, liderou outra dissidência do Partido: o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Nos documentos encontrados, constata-se a sua certidão de óbito e laudo do IML/SP, informando a data de sua morte no dia 05/04/1971, após ser Devanir atingido por uma rajada de metralhadora. Entretanto, segundo depoimento de Ivan Seixas, Devanir foi preso e levado ao DOPS/SP, onde foi torturado até a morte por Sérgio Fleury. Já Daniel e Joel foram presos e processados por militarem na Ala Vermelha, em 1969, sendo banidos do País em janeiro de 1971, com a troca de prisioneiros pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado em dezembro de 1970. Vivendo no exílio na Argentina, tentaram retornar clandestinamente ao Brasil, mas caíram na armadilha do ex-companheiro Alberi Vieira dos Santos, que passou a atuar para a repressão, assim como tantos outros denominados de “cachorros”. A princípio, os nomes de Daniel e Joel constavam na lista de desaparecidos, mas segundo registros, ambos os irmãos foram executados na fronteira do Brasil.⁵⁵

Ao contrário da Igreja Católica, nota-se que as igrejas protestantes não possuíam uma estrutura para abarcar a juventude. Isso significou um maior protagonismo católico junto às forças reprimidas pelos militares. As ações dos militantes protestantes eram de cunho individual e desvinculadas da instituição confessional, o que os deixavam mais vulneráveis, transformando-os em alvos de denúncias que partiam do próprio interior das igrejas. Já os católicos, mesmo mais visados, utilizavam da união das ordens e dos setores progressistas para criar uma rede de proteção aos seus membros. Não podemos nos esquecer também da força do movimento ecumênico, em que padres e pastores utilizavam do seu papel de destaque na sociedade para denunciar torturas e



desaparecimentos. Um exemplo dessa união é o “Projeto Brasil Nunca Mais”, idealizado pelo bispo Dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o pastor presbiteriano Jaime Wright.

Em suma, no desenrolar dos acontecimentos do período ditatorial, alguns grupos cristãos brasileiros, tanto católicos quanto protestantes, acabaram por assumir um posicionamento de resistência frente às violações sofridas pelos opositores do regime, que lutavam pela redemocratização do País. A atuação destas instituições cristãs, em relação ao contexto nacional, apresenta diferenciações. Um dos motivos está associado à estrutura organizacional da Igreja Católica, que permitia aos leigos maior inserção na realidade social e uma atuação política mais alinhada ao pensamento progressista cristão que vigorava desde o advento do Concílio Vaticano II. Os protestantes, por outro lado, estavam marcados por uma estrutura mais conservadora - o que acabou minorando a participação dos seus membros e reprimindo aqueles que insurgiram contra a ditadura.

7.4 O caso dos padres franceses

As 6h05 da manhã do dia 02/12/1968, o padre francês da Ordem dos Assuncionistas, Michel Marie Le Ven, foi preso e encaminhado à 4ª Companhia de Comunicações do Exército, na Pampulha, sob a acusação de práticas subversivas junto aos membros da Igreja de Bom Jesus, no Bairro Horto – uma região operária – em Belo Horizonte. Sem apresentar mandado ou algo do tipo, os militares invadiram a casa paroquial e já foram logo batendo na porta do quarto do padre Michel, pois sabiam exatamente para onde se dirigir. Eles levaram uma mala, três caixotes de papelão e vários livros. Ao verem que a maioria dos seus livros era em francês, comentaram: “Eu não entendo essa língua mais por via das dúvidas vou levar esses livros também”⁵⁶. Sua prisão foi seguida pela de seus companheiros de sacerdócio e congregação, os padres François Xavier Berthou, Hervé Croguennec, bem como do diácono brasileiro José Geraldo da Cruz, realizada às 18 horas do mesmo dia.

A execução destas prisões causou grande debate no meio religioso, midiático e político, bem como entre os membros da paróquia que, em protesto, ornamentaram a igreja com panos roxos e vestiram-se de preto, dada a dor que aquelas prisões lhes geravam. As missas, casamentos, catecismo e reuniões com as famílias no salão paroquial ficaram suspensas e, como declarou um morador: “não queremos que outros padres venham substituir aqueles nossos queridos amigos.”⁵⁷



Em um documento datado de 30/11/1968, o tenente-coronel Newton Dias da Motta relata que, ao se apurar atividades subversivas no meio estudantil, surgiram os nomes dos três padres franceses e do diácono brasileiro. Solicitando outras informações ao comando policial, recebeu como resposta dados detalhados sobre atividades subversivas, “que os mesmos vinham desenvolvendo junto a estudantes e ao operário metalúrgico.”⁵⁸ E, ao serem informados de que Le Ven viajaria para a França, os militares solicitaram a execução de um mandado de busca e apreensão na residência dos religiosos:

Intimei-os a prestar declarações sobre a vasta documentação de cunho subversivo, que foi apreendida em poder dos mesmos, e, diante das respostas dos interrogatórios à face daquela documentação, solicitei a prisão preventiva dos citados elementos no dia 29 de novembro de 1968, informa o documento.⁵⁹

Contra os religiosos instalou-se uma verdadeira perseguição, por meio dos métodos mais abjetos que a repressão militar gerou: torturas físicas e psicológicas, apelo midiático, incriminações descabidas e confissões forjadas. A condição de padres, de mensageiros da palavra de Deus e de membros de uma instituição religiosa amplamente reconhecida não foi o suficiente para que eles não caíssem nas agruras da ditadura militar.

Os clérigos foram detidos ilegalmente e o exército brasileiro foi enfático em afirmar que eles “foram presos por abandonarem a pregação do Evangelho para se dedicarem à pregação política e ideológica e à organização da subversão e dos movimentos de guerrilha armada para a derrubada do regime.”⁶⁰ Entretanto, tais alegações não possuíam quaisquer lastros com a realidade dos padres e menos ainda com o contexto de expansão teológica experimentado na América Latina após o Concílio Vaticano II e a Carta de Medellín, que colocou o povo oprimido e a luta por justiça social no centro da ação evangélica e pastoral da Igreja Católica.

Contudo, as acusações infundadas foram o suficiente para mantê-los presos e submetidos a toda sorte de violência física e psicológica, como nos relata o próprio Michel Le Vem, em entrevista concedida à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg), na qual nos esclarece que eles eram deixados por mais de dez horas sem comer, submetidos a mais de 200 (duzentas) horas de interrogatório, constantemente ameaçados e agredidos:

Voltando ao interrogatório, continuava se baseando em tudo que o cara que ia lá em casa tinha anotado. Eu conseguia



acompanhar sua linha de raciocínio. Chegou uma hora que eu já tinha acostumado com aquela situação que disse para ele: mas o senhor é o quê? Ele me respondeu que era professor e eu disse, mas é possível? Então ele passou por trás de mim e me deu um soco no ouvido. Nessa hora me levantei e disse: cuidado, sou francês, eu exijo a presença do cônsul que conheço pessoalmente (...). Ele ficou furioso, mas parou de bater.

(...)

Entrevistadora: Esse tempo todo, Michel, você não foi torturado? Michel: Não fisicamente, mas psicologicamente. Mas os outros colegas foram torturados. Pauladas, pau de arara. Nossa! Era cada noite uma loucura. (...) tortura de todo tipo para obter informação, era isso. Então não foi à toa que me deixaram doze horas sem comer, mas eu sabia das coisas. Às dez horas da noite me empurraram para a sala de interrogatórios. Quem estava lá era um homem à paisana, aparentemente bem alegre, que me disse 'sabemos que o senhor é uma pessoa culta etc. e tal, vamos ver o que vai vir' e começou a elencar todos os crimes que eu tinha cometido e foi falando, falando.⁶¹ [grifos nossos]

Nas primeiras horas da prisão, reforçando a tese de que havia por parte dos religiosos diversas práticas de subversão, o coronel Newton Mota informou ao advogado de defesa à época, Doutor Gamaliel Herval, que o padre Michel Le Ven estava bastante implicado em atividades subversivas e que permaneceria incomunicável na 4ª Companhia de Comunicações do Exército, na Pampulha, juntamente com os companheiros de vocação, também presos.

O padre Le Ven chegou ao Brasil em 1965, assumindo a paróquia do Horto em 1966. Na França, Le Ven já militava em movimentos sociais e, no Brasil, fez parte de um grupo de padres e freiras que denunciava as constantes prisões de estudantes brasileiros após o golpe de 1964. Ele fazia parte da Congregação dos Agustinianos da Assunção, fundada em 1950, em Nimes, pelo padre Emanuel d'Alzon. A preocupação maior dos assuncionistas era com a educação dos pobres e, assim, o seminário de Eugenópolis – cidade mineira da Zona da Mata – foi a concretização no Brasil dos desejos do fundador da Congregação a favor da juventude pobre. De tal modo, o que caracteriza os membros desta Congregação é mais o espírito de diálogo e o serviço aos pobres do que obras específicas, espírito que o Concílio do Vaticano II salientou e que os bispos da América Latina, em Medellín, reafirmaram.



Portanto, desde cedo a obra missionária começou pela ação dos padres no Instituto Central de Filosofia e Teologia e pelo engajamento pastoral em um bairro pobre da cidade. O trabalho pastoral, sobretudo, na linha ecumênica adotada, colocava forçosamente os padres em contato com todos os tipos de pessoas e grupos. Para poder ajudar aos mais pobres, os religiosos precisavam acompanhar suas vidas e falar por meio de uma linguagem que lhes fosse comum e acessível.

Assim, em 1968, quando recrudescia a repressão militar, “o caso dos padres franceses”, como ficou conhecido o episódio da prisão de padre Michel Le Ven e a de seus companheiros de ordem, ganhou grande notoriedade e repercussão nacional e internacional. Para o frei Eliseu de Resende, prior dos Dominicanos, a alegação do regime ditatorial de que a prisão dos sacerdotes era necessária devido ao fato de se ter apreendido “farta literatura subversiva” na paróquia do Horto é insustentável e, de maneira muito lúcida, chama a atenção para o fato de que:

Seria interessante ter uma lista completa da biblioteca dos padres; em qualquer biblioteca que se preze hoje não pode faltar uma documentação séria sobre todos os movimentos atuantes. Se o fato de se encontrar livros marxistas numa biblioteca for motivo de acusação então todos os conventos, seminários, colégios e o próprio Vaticano poderiam cair sob a incriminação de subversão Padres que trabalham com os movimentos estudantil e operário, se quiserem ter qualquer eficácia no seu trabalho pastoral, precisam estar ao corrente [conforme original] dos movimentos de ideias que ocorrem nesses meios. Duvido que os padres do Horto tenham qualquer militância em organizações políticas; o que acho normal é que no exercício de seu pastoreio procurassem estar bem documentados, de modo que pode haver um terrível equívoco na instalação desse inquérito contra eles.⁶² [grifos nossos]

Dentre o material dos padres que foram confiscados, os agentes da ditadura afirmam que havia: 1) um documento denominado “A estratégia da organização patrocinadora”, que prega a constituição do Partido Operário Brasileiro, com elementos advindos da ala chinesa do Partido Comunista Brasileiro, da linha cubana do mesmo Partido e de elementos da Ação Popular; 2) um caderno de 200 folhas, escritas à mão, com o título “Anotações de sugestões para o movimento de libertação nacional”, que contém uma série de teses comunistas e revolucionárias, inclusive tratando diretamente da tomada do poder pela técnica da guerrilha; 3) três revistas ilustradas sobre a China Comunista; 4) uma revista sobre canções revolucionárias chinesas e 5) o livro de Mao Tse-tung “*La Revolución y el Partido de la China*”.



Figura 3: Livros apreendidos. Foto de parte dos livros apreendida. Fonte: VEJA, 1968, p. 14

A invasão da casa paroquial e a prisão dos religiosos movimentou todo o clero brasileiro. O padre Bernard Andrieux, superior dos clérigos presos, veio do Rio de Janeiro para Belo Horizonte logo que soube da prisão. O arcebispo de Belo Horizonte à época, Dom João Resende Costa, ao saber que os eclesiásticos haviam confessado os crimes em seus depoimentos, afirmou:

Irmãos, com a minha autoridade de pastor da arquidiocese de Belo Horizonte e com a anuência de nosso clero devo denunciar o que sei por ciência direta pessoal e segura: os depoimentos dos sacerdotes e do diácono preso não são aceitos como expressão da verdade porque foram usados espancamentos e torturas. Para honra de nosso exército, denunciemos estes horrores, para que as autoridades militares não permitam que elementos de sua corporação pratiquem tais atos.⁶³

O episódio provocou uma reação em cadeia que se transformou em uma séria crise entre o governo militar e a Igreja. O bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte naquele momento, Dom Serafim Fernandes de Araújo, também saiu em defesa dos padres franceses acusados de “cabeludas atividades políticas em Minas Gerais” e disse que “a Igreja vive nestes dias momentos que chama-



ríamos de perseguição”⁶⁴ e produziu um sermão que, por sua ordem, foi lido em todas as igrejas de Minas Gerais. Trechos do Sermão enfatizava:

Sabemos que a nossa atitude diante dos fatos será julgada diversamente, conforme as opiniões. Uns vão dizer que merecemos mesmo ser presos, outros vão ficar com dó dos padres; uns vão achar que somos autênticos, outros dirão que não é esta a Igreja de Cristo; uns irão xingar as autoridades, outros vão usar do nosso testemunho para sua política ou a sua ideologia; para uns esta é a Igreja que sonhavam; para outros nós a estamos traindo. Para nós basta-nos que o Deus verdadeiro nos julgue.⁶⁵

De um lado, o arcebispo Dom João Rezende Costa e o bispo auxiliar Dom Serafim Fernandes de Araújo receberam inúmeros telegramas e cartas de apoio e solidariedade por seus pronunciamentos e atuação no caso dos clérigos presos: arcebispos, bispos e padres de diversas regiões do estado e do País, como também superiores de ordens religiosas e representantes da sociedade civil, como a Sociedade São Vicente de Paula, e intelectuais, como Alceu Amoroso de Lima. Mas por outro lado o sermão de Dom Serafim gerou acirrada polêmica, tanto dentro quanto fora da Igreja, pois, para os militares e setores civis conservadores, o comportamento dos chamados padres progressistas ficou caracterizado como uma traição à Igreja e uma ameaça contra a segurança nacional.

Para os agentes militares, “os padres engajaram-se realmente numa luta revolucionária.”⁶⁶ Já para uma grande parte do clero, as acusações são maliciosas: “a Igreja está à procura de um caminho de autenticidade, baseada unicamente nos ensinamentos do Evangelho”⁶⁷. Entre as duas posições – junto com os boatos da expulsão dos padres franceses e a iminente prisão de mais 15 padres – abre-se entre a Igreja e o governo militar, um sério ponto de atrito, admitido inclusive pelo arcebispo Dom João Resende Costa: “sabemos que está sendo um pouco difícil pregar o Evangelho neste nosso regime atual.”⁶⁸

Em defesa da truculência do regime militar, o general Syzeno Sarmiento, comandante do I Exército, no Rio de Janeiro, para onde foram levados alguns dos documentos e livros confiscados, declara que a prisão dos padres não tem nada a ver com a pregação do Evangelho e não envolve desrespeito à Igreja. Para sustentar esse posicionamento, o general afirma que no IPM dos sacerdotes realizado em BH constam depoimentos nos quais eles supostamente teriam confessado que “procuravam fazer com que o operário se rebelasse contra o patrão e o governo”⁶⁹ e que “vários planos de agitação estavam prontos para ser colocados em execução, visando à derrubada do Presidente; vários grupos de guerrilha estavam prontos para entrar em ação; no Recife já possuíam cerca de 40 mil homens prontos para agir de surpresa.”⁷⁰



Em audiência pública realizada pela Comissão da Verdade em Minas Gerais na cidade de Belo Horizonte, o jornalista Carlos Lindenberg relatou em detalhes como foi fazer a cobertura do caso da prisão dos padres. Em sua descrição do fato ele nos esclarece:

Outra matéria que eu envolvi foi com relação à prisão de alguns padres franceses aqui em Belo Horizonte, na verdade foram três padres fran.... Foram dois padres franceses, um belga e um diácono brasileiro. Eles foram presos por agentes do Exército e desapareceram. Ninguém sabia onde estavam, e eu fui escalado para fazer a cobertura dessa situação, que era do primeiro confronto da Igreja com o Estado naquela altura.⁷¹

Assumindo a reportagem, Lindenberg resolveu “procurar a 4ª Companhia de Publicações do Exército, que fica na Pampulha, num lugar bem escondido, depois do Colégio Militar”⁷² e lá chegando, juntamente com motorista e fotógrafo, ele foi abordado por um soldado que o indagou sobre o que fora fazer ali e, ao dirigir-lhe a resposta, Lindenberg percebeu que se tratava de um amigo com o qual costumava jogar futebol em Montes Claros:

“Uai, Lindenberg. O quê que você tá fazendo aqui?” falei: “oh, Roberto, (trecho incompreensível) atualmente é formado em Direito, advogado em Januária Então eu disse: eu vim atrás dos padres que foram presos, eu fiquei sabendo que eles estão na 4ª Companhia de Comunicações, lá no Colégio Militar. Ele me falou: “eles estão no 3ª andar do Colégio Militar;” “Vai lá;” “Mas eles vão me deixar entrar?”; ele falou assim: “Vai andando.” “Eles estão no 3º andar.” E assim (trecho incompreensível) a Kombi entrou, ninguém pediu documento, nem nada, entramos e subimos.⁷³

Ao acessarem o local indicado, “no primeiro quarto à direita”, ele encontrou os padres e o diácono tendo apenas o tempo de dizer:

“Vocês são os presos, os padres com o diácono?”; “Sim, somos nós.”; perguntei se estavam bem fisicamente, disse: “Estamos.”; não houve nem tempo, porque o fotógrafo que estava comigo (trecho incompreensível) me empurrou de lado “Esses são meus.” [...] “Esses são meus.” E me empurrou e começou a fotografar com uma máquina (trecho incompreensível), fotografando os padres e fez uma meia dúzia de fotos, quando nós ouvimos passos subindo as escadas, aí eu fechei a porta e ele rapidamente, como bom profissional que era, saudoso Clodovil, já falecido há muitos anos, ele tirou o filme da máquina e falou “Guarda no seu bolso.” Coloquei o meu bolso. Naquela época nós trabalhávamos de terno e gravata, coloquei no bolso e ele colocou um filme novo na máquina rapidamente en-

quanto subíamos uns três degraus de escada, uns três lances de escada, trocou o filme e aí o Coronel chegou, estava com a porta fechada já, (trecho incompreensível) saber o que estava acontecendo e o Coronel Facó: “O que cê tá fazendo aqui, que absurdo, invasão do colégio, não sei o que...”; jogou aquela bronca, aquele negócio e o soldado que estava com ele, um oficial, não me lembro, foi na máquina do fotógrafo e tomou a máquina, o fotógrafo esboçou uma reação: “Absurdo, não pode ser...”; tomou a máquina, tal e abriu a máquina e pegou o filme, não tinha nada (trecho incompreensível) estava no meu bolso. Aí o Coronel (trecho incompreensível) disse a frase que eu mais gostei na minha vida: “Para fora.” Eu morrendo de medo de ele me mandar para dentro: “Pra fora.” Eu morrendo de medo de ele me mandar para dentro.⁷⁴

A repercussão midiática e o sensacionalismo em torno do caso dos padres do Horto foram imensos:



Figura 4: Reportagem sobre “novo evangelho”. Fonte: Revista Veja, 11/12/1968, p.14.



Figura 5: Chamada Jornalística sobre os padres franceses. Fonte: Folha de São Paulo, 06/12/1968, n. 3.



Figura 6: Chamada Jornalística sobre os padres franceses. Fonte: Correio da Manhã, 04/12/1968.



Figura 7: Chamada Jornalística sobre os padres franceses. Fonte: Correio da Manhã, 05/12/1968.



Figura 8: Chamada Jornalística sobre os padres franceses. Fonte: O Globo, 05/12/1968, p.1.

O editorial do maior jornal católico da América Latina, O Diário, produzido em Belo Horizonte, numa matéria intitulada “Perseguição à Igreja”, faz uma severa denúncia de que “certos setores dominantes estão testando nossa capacidade de reagir prendendo padres e ameaçando prender bispos (...). Esta ameaça não é apenas contra a Igreja oficial é mais facilmente realizável contra o povo de Deus que não pode contar com o apoio de uma estrutura poderosa.”⁷⁵ Os militares respondem, como podemos ver na declaração oficial do comandante da ID4, general Álvaro Cardoso, afirmando com rispidez que:

Fala-se de Igreja perseguida. É este o tom da missa e da pregação ordenadas. No entanto, sabe-se que as autoridades não estão contra a Igreja, nem a perseguem. Estão sim espantadas diante de um espetáculo nunca visto na história, o de alguns padres que defendem a entrega de nosso país a um dos piores inimigos da Igreja. Proclama-se o Evangelho dos pacíficos, mas aprova-se e defende-se a atitude daqueles que preparam o derramamento de sangue pelas armas, daqueles que nas igrejas fazem a apologia de um Che Guevara como modelo digno dos cristãos. (...). Que significa tanta consternação pela prisão daqueles que pregam igualdade e tanta fidelidade aos ideais da subversão? As autoridades policiais estão arcando com o ônus de reprimir as atitudes de padres que deveriam ser controlados pelos seus superiores hierárquicos para se evitar o escândalo e



a especulação do tipo da que vem sendo consagrada. Pretender acusar as autoridades de perseguidores da Igreja porque prenderam padres pilhados em atividades tipicamente subversivas do tipo comunista é consagrar como heróis aqueles que na Rússia, na China, em Cuba e outros países comunistas assassinaram sacerdotes e freiras, acabaram com a Igreja e suprimiram qualquer espécie de liberdade religiosa. É o paradoxo do século: os que agem em defesa da liberdade, inclusive a religiosa, são acusados de perseguidores e os que trabalham pela ideologia que consagra a escravidão são proclamados pregadores do Evangelho, da paz e da justiça.⁷⁶

Em um editorial, completamente alinhado aos ditos dos militares, o Jornal O Globo, acusou os padres da elaboração de um caderno para conscientizar as massas. E diz que este caderno procurava jogar brasileiros contra brasileiros, partindo do pressuposto de que o povo consciente é capaz de fazer uma reviravolta no Brasil. Nas palavras do editorial, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tomou uma atitude exemplar: repeliu os apelos à violência e admitiu a possibilidade de equívocos por parte de membros da Igreja, sejam padres ou bispos. O editorial informa que a CNBB está se queixando de não ter sido ainda formalmente informada pelas autoridades sobre a precisa natureza dos delitos praticados por padres estrangeiros e, ao final, sugere que a CNBB “peça a imediata expulsão do Brasil desses enamorados da luta fratricida”⁷⁷

O Globo em seu texto de 5/12/1968 afirma que, entre a documentação apreendida pelas autoridades militares de Belo Horizonte em poder de Michel Le Ven, figuram cadernos manuscritos e ilustrados, intitulados “Progresso da Pessoa Humana” e afirma:

À primeira vista os cadernos não contêm nada de grave, são conceitos e perguntas formulados em linguagem simples, de fácil compreensão, que no conjunto, entretanto, compõem uma cartilha completa de ensinamentos comunistas, forma mais prática utilizada pelo padre francês para atingir a “conscientização” da massa que futuramente seria levada à traição. Alguns exemplos de conceitos e perguntas expostos e formulados pelo Padre Michel: “Juntos criaremos um mundo novo – mundo a justiça, da paz, da fraternidade. Você é o sujeito da transformação do mundo. Os bens da terra são de todos. Somente alguns usam os bens da terra. Nós unidos, usaremos de todos os bens que a terra nos oferece. O que separa os homens é a riqueza contra a miséria, a liberdade contra a escravidão. O capitalismo é uma monstruosa pirâmide de desigualdade social. O povo consciente é capaz de fazer uma reviravolta no Brasil. A classe dirigente tem nas mãos o governo, o exército, a justiça, a polícia, para arrochar

o povo. A sociedade socializada dá aos homens nobres ideais de humanismo, de fraternidade e de amizade entre os povos; os ideais de paz e felicidade sobre a terra.⁷⁸ [grifos do autor]

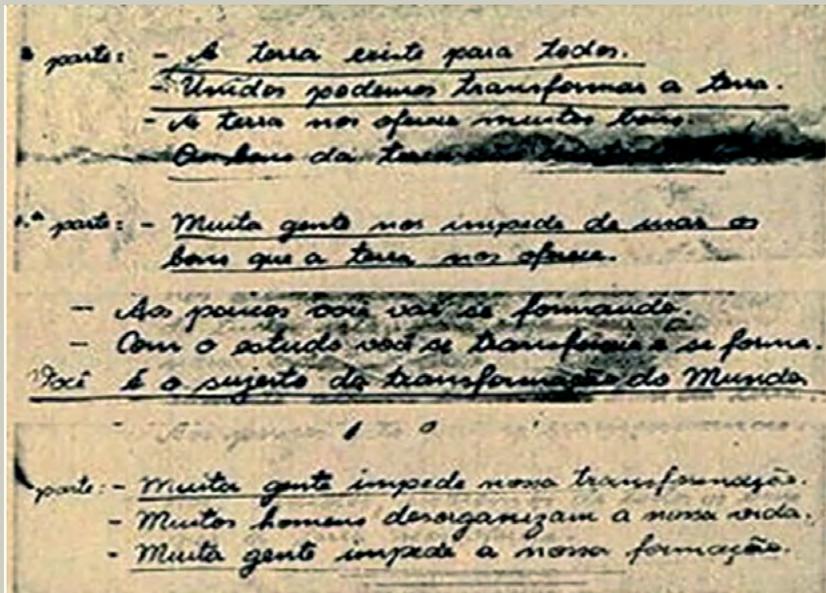


Figura 9: Trecho de manuscrito do padre Michel Le Ven considerado subversivo.⁷⁹
Fonte: Revista Veja, 11/12/1968, p.16.

Diante de tais denúncias e da ofensiva dos militares contra os eclesiásticos, muitos clérigos, leigos e religiosos se reuniram para denunciar o abuso das medidas. Em uma dessas ocasiões, na presença de um representante do clero mineiro, os sacerdotes paulistas reunidos na capital decidiram adotar uma série de medidas a fim de proteger os religiosos estrangeiros que trabalham no Brasil e denunciaram um plano pré-estabelecido contra os padres que vêm de fora para ajudar na obra da catequese, particularmente contra os franceses.⁸⁰ No Rio de Janeiro os religiosos se reuniram para demonstrar que:

a Igreja não pode nunca abandonar os direitos do homem, lutando por eles sempre (...) Voltamos a proclamar que a Igreja não renuncia e não renunciará a sua mensagem de justiça qualquer que seja a perseguição que tenha de enfrentar (...) Temos que repudiar a atitude de "orientação pastoral" que este ou aquele militar nos queira dar, quando só à hierarquia da Igreja cabe esta tarefa.⁸¹

Além da manifestação de solidariedade ao clero de Belo Horizonte, foi feito um agradecimento "pelo exemplo que nos dão os padres e o diácono presos, que exercem seu sacerdócio vivendo a mensagem de Cristo na realidade do povo"⁸² A repercussão teve, como não poderia deixar de ser, alcance internacional e os



padres presos receberam um Núncio enviado pelo Papa Paulo VI, foram visitados pelo cônsul geral francês e pelo padre superior Provincial dos Assuncionistas, Bernad Andrieu, e na Nota Oficial emitida pela Organização se dizia que “a Congregação acha importante reafirmar a sua plena confiança nos seus religiosos e salientar que a atuação esteve sempre, até hoje, de acordo com a Congregação e, sobretudo, conforme o espírito do último Concílio: espírito de diálogo e serviço aos pobres” e acrescenta dizendo que o lema da Congregação é “*Adveniat Regnum tuum*” i.e. “Venha a nós o Teu Reino.” Ou seja, o trabalho junto aos pobres é exatamente o que caracteriza os assuncionistas.

Ademais, como salienta o bispo auxiliar Dom Serafim, o objetivo da Igreja não é a derrubada de nenhum governo, mas simplesmente a conscientização do povo e, se o governo militar considera a Igreja subversiva, eles teriam então que:

Enquadrar 40.781 (quarenta mil, setecentos e oitenta e uma) freiras, 12.181 (doze mil, cento e oitenta e um) padres, 3.769 (três mil, setecentos e sessenta e nove) irmãos leigos, além de fechar 2.013 (duas mil e treze) casas paroquiais, 3.854 (três mil, oitocentos e cinquenta e quatro) conventos de religiosas, bem como lacrar 4.764 (quatro mil, setecentos e sessenta e quatro) paróquias e mais de mil educandários católicos que se espalham por todo o território nacional.”⁸³

Nesse mesmo sentido, o bispo Dom João Rezende Costa faz um desabafo: “estamos vivendo um momento de grande angústia”, e convoca todos os cristãos leigos para uma manifestação em frente ao Palácio do Bispo, a realizar-se no dia 4/12/1968. Momento de grande comoção e envolvimento local, a manifestação que reuniu mais de 300 pessoas entre religiosos e populares foi marcada por discursos, distribuição de uma nota de apoio dos bancários à igreja progressista e pelo esclarecimento dos fatos noticiados pelo Jornal O Globo.

As freiras do Colégio Assunção – que era a versão feminina da Congregação dos religiosos presos – foram o destaque entre as séries de manifestações de denúncia e solidariedade, tamanho empenho que as envolviam. Nas palavras de Le Ven “havia um movimento de 1.300 (mil e trezentas) freiras em frente ao palácio do bispo, gritando ‘queremos os padres franceses’”⁸⁴

Havia uma compreensão clara de que o ato do governo foi ilegal e realizado com abuso de poder, tanto assim que em determinado momento até mesmo membros da alta hierarquia, tanto da linha progressista como da linha conservadora, se aliaram e escreveram cartas em protesto à prisão dos religiosos. Este foi um dos raros momentos em que a Igreja, em seu conjunto, se posicionou e protestou abertamente na defesa dos direitos humanos.



Um dos padres presentes à manifestação a favor da libertação dos religiosos, referindo-se ao fato de O Globo ter veiculado um artigo trazendo uma confissão em que os padres eram acusados de preparar as guerrilhas no Brasil, denunciou a aliança entre o Jornal e a ditadura militar:

O que este jornal fez foi com o apoio do governo. Senão como conseguiu informações ditas secretas? E a difamação que faz dos padres? No fundo é um julgamento para que o público considere os padres comunistas? E se é verdade onde estão as provas?⁸⁵

Além das truculências já citadas, “havia algo de estranho no caso dos assuncionistas... Geralmente os réus costumam negar até o fim o crime. É realmente espantosa essa confissão assim tão rápida”⁸⁶, afirma Dom José de Castro Pinto, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. E com a confissão forjada, os militares tentaram dar uma solução simples ao episódio dos clérigos assuncionistas: expulsar do País esses “padres estrangeiros metidos com pobreza e esquerdismo”, numa negociata entre a cúpula de São Pedro e a lajota do Planalto.

Na Nota distribuída pela Organização Bancária Posição e Luta podemos perceber que o posicionamento da ditadura militar no caso dos padres do Horto não era, nem de longe, um caso isolado:

Temos visto nos dias de hoje, uma Igreja que se integra com o povo em sua luta. Uma Igreja arejada que descobre sua verdadeira função. Unindo-se ao povo torna-se mais um inimigo da ditadura. A prova disso são os recentes acontecimentos que demonstram claramente a intenção da ditadura de calar mais esta força que luta contra ela. Vimos a expulsão do país de um padre de Osasco, as ameaças de prisão a Dom Helder e Dom Fragoso e agora a prisão dos padres do Horto.⁸⁷

Tornando clara a verdadeira postura esperada de uma Igreja atuante, o representante da CNBB à época, Dom Ângelo Rossi, afirmou em uma Nota – lida e distribuída na manifestação:

As acusações que dia a dia mais se avolumam contra a Igreja em nosso país pedem um esclarecimento autorizado por parte da CNBB. A Igreja e seus membros é tachada de subversiva. Se a Igreja, nos dias atuais, reivindica uma participação ativa na procura do desenvolvimento não está exorbitando de seu campo específico que é o religioso; esta procura é parte intrínseca de sua missão de serviço à humanidade (...). Nesta perspectiva, cumpre-nos esclarecer e o fazemos com insistência que a Igreja no Brasil, através de seus membros, busca com sinceridade de propósitos e motivação evangélica, o bem do nosso país, uma vez que o que se procura é o desenvolvimento integral do



homem brasileiro (...). Houve e há erros de nossa parte. Ninguém é perfeito. Mas admito também que houve precipitação por parte das autoridades. O mal que se faz com referência ao caso, é um velho erro: o da generalização (...) estamos prontos a ajudar. Nosso papel é somar e multiplicar os valores, dando razões a quem mereça. É preciso, principalmente, que se pesem e meçam as responsabilidades. Nosso papel é ajudar a manter o patriotismo e a democracia.⁸⁸ [grifos nossos]

No mesmo sentido, em Nota intitulada “Uma palavra necessária”, o arcebispo de Belo Horizonte, Dom João Resende Costa, declara:

Ao regressar de rápida viagem que fiz ao exterior, a serviço da arquidiocese, encontrei Belo Horizonte traumatizada pelo doloroso acontecimento da prisão de três sacerdotes e um diácono da Congregação dos Padres Assuncionistas, que desenvolvem sua atividade pastoral em benefício de nossa população, no Bairro do Horto. Tomei conhecimento das primeiras providências adotadas pelo bispo-auxiliar d. Serafim com os sacerdotes do Conselho Presbiterial, que consideraram o fato numa visão evangélica e sobrenatural, convidando para a oração e a reflexão, e analisando o acontecido não sob o impulso de qualquer tendência política ideológica, mas simplesmente perante a doutrina do evangelho e da Igreja, a respeito dos direitos do homem, filho de Deus, e perante o interesse que a Igreja consagra a todos quando sofrem os efeitos de injustas desigualdades sociais e econômicas. Qualquer que seja a ambiguidade com que alguns queiram ver revestida a ação da Igreja, ou qualquer que seja o proveito que grupos extremados pretendam tirar de nossa pregação, ela se orienta no sentido de levar todos os homens a tomar consciência de seus direitos e a respeitarem o direito dos outros. Na magistral homilia com que d. Serafim procurou situar o problema para os sacerdotes na pregação dominical, já previa ele as diversas reações que sua palavra ia ter, como de fato teve. E eu só poderia convidar a todos a refletirem, com sinceridade e humildade, a fim de poderem retificar posições porventura aparentemente tranquilas, mas fundamentalmente falsas em que se tivessem colocado. Cristianismo é sobretudo amor, justiça e respeito à dignidade humana, respeito à verdade. Qualquer arbitrariedade, ou difamação, ou alegação de fato que não forem livremente examinados e claramente comprovados, não ajudarão à causa de uma sociedade que quer ser democrática, vivendo num país cristão como vivemos. É preciso saber que há reflexos novos da verdade iluminando os caminhos dos homens. Ninguém mais consegue ocultar esses clarões. Há hoje uma visão nova das coisas, uma consciência mais aguda nos homens quanto a seus direitos e os direitos dos outros, um desejo vivo de progredir e realizar-se, uma certeza de que faz parte do próprio plano de Deus poderem os homens atingir seu integral desenvolvimento cultural, econômico. Desigualdades haverá sempre, mas não devem existir as que sejam frutos da injustiça. A paz é fruto da justiça. O novo nome da paz é “desenvolvimento”. A Igreja sabe disso e prega isso. Sua pregação no Concílio, na *Populorum Progressio*, ou nos magistrais documentos de Medellín, podem incomodar a pessoas ou grupos, mas será para o bem desses próprios grupos e pessoas. A verdade é às vezes dura, mas só ela nos libertará. Proclamá-la é uma tarefa árdua, mas a Igreja a assume para o bem da humanidade, com todos os riscos de não ser ouvida, de ser mal interpretada, ou de alguém se valerem dos sulcos que ela abre, para neles semear sementes que não são as legítimas. Quero guardar para o lamentável episódio destas prisões um desfecho que respeite a lei os direitos do homem e termino citando este tópico do documento de Medellín sobre a justiça: “Apesar de estarmos rodeados de imperfeições, somos homens de esperança. Cremos que o amor de Cristo e a nossos irmãos será não somente a força libertadora da injustiça e da opressão, mas também e principalmente a inspiradora da justiça social, entendida como concepção de vida e como impulso para o desenvolvimento integral de nosso povos.”

Figura 10: Nota do arcebispo de Belo Horizonte, Dom João de Resende Costa sobre a prisão dos padres franceses. Fonte: O Globo, 05/12/1968, p.1.



Em 06/12/1968, ou seja, quatro dias após a prisão dos padres, a Folha da Tarde divulga parte do chamado “Dossiê dos Sacerdotes da Revolução” produzido pelo coronel Medeiros, no qual consta o depoimento dos religiosos, informando como certos e incontroversos os seguintes fatos:

- Que **Michel Le Ven** era membro efetivo da Ação Católica e assistente da Juventude Operária Católica (JOC); que participava de reuniões para discutir sobre técnica de agitação, confecção e distribuição de manifestos; que ele chefiava e orientava grupos de guerrilha nas regiões de Muriaé e Eugenópolis; que tinha participação no Congresso Nacional da JOC, em Recife; que participava de reuniões frequentes no Sindicato dos Metalúrgicos, tendo participado de uma concentração no auditório da Secretaria de Saúde, no chamado Dia do Protesto, em 27 de março e que em seu quarto foram achados livros chineses, russos, sobre Cuba, e de outras procedências referentes à guerrilha, à guerra subversiva e à luta armada.
- Que **François Xavier Berthou** era o responsável pela doutrinação de caráter socialista e que fazia os treinamentos de grupos guerrilheiros na cidade de Vespasiano e que em seu depoimento comprometeu Michel Le Ven porque disse ser ele o “chefe de tudo. ”
- Que **José Geraldo da Cruz** participou de greves contra a elevação das anuidades escolares e dos movimentos de protesto contra a morte de Edson Luís, morto no Rio de Janeiro, e foi o responsável pela redação e distribuição de manifesto contra o governo, incitando os estudantes à luta sem tréguas, tendo também participado das sessões preliminares ao 30º Congresso da União Nacional do Estudante (UNE).
- Que **Hervé Croguennec** fazia parte de toda a agitação subversiva de estudantes e proletariados.

Ainda nas divulgações do Jornal Folha da Tarde de 06/12/1968, o coronel Medeiros esclarece que estas informações foram obtidas em parte da documentação apreendida em poder dos padres, pois a maior parte do que havia sido confiscado foi levada para o Ministério do Exército que iria decidir sobre a instauração de um IPM regional ou Nacional. Nas palavras do coronel:

Tudo partiu de uma denúncia e por isso foi feita uma busca e chegou-se à conclusão que os padres e o seminarista seriam



presos para averiguações. O material recolhido e as declarações dos padres vieram levantar a ponta do véu que fez verdadeira atividade intensa de doutrinação que visa à conscientização e há até ligações internacionais.⁸⁹

O coronel Medeiros faz ainda severas críticas à Ação Católica e diz que ela está sob influência e dominada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela Ação Popular (AP), movimento este que foi totalmente desvirtuado. E hoje o movimento da JOC visa apenas provar que o operário é reprimido e despertá-lo para a luta, culpando o capitalismo e o imperialismo americano sem mencionar o imperialismo russo e apontando o caminho do socialismo como a única solução. Salieta que, diante das provas encontradas, o Exército percebera que as investigações teriam de ser feitas num âmbito nacional e internacional, já que os padres informaram que recebiam orientação de alguns grupos estrangeiros.

Sobre a suposta participação de forças internacionais na ação dos padres, o Jornal O Paiz, de 06/12/1968, reforça que no relatório do Exército contra os religiosos presos apresentado pelo general Sizen Sarmento é possível concluir junto com o militar que:

Os padres e seminarista presos pouca ou nenhuma importância têm diante de tudo que evidenciam e do movimento ao qual pertencem que é organizado estrutural e funcionalmente de modo eficiente, dinâmico e conduzido de forma centralizada com o auxílio e orientações vindas do exterior.⁹⁰

Ressalta ainda o fato de que “todos os elementos até agora implicados na direção do movimento são de nacionalidade francesa, o que até então tinha passado despercebido.”⁹¹

Em defesa dos padres, o Conselho Presbiterial da CNBB afirma que “a JOC é um movimento internacional aprovado pela Santa Sé e que não formam grupos de conscientização visando sempre à subversão, preparando a luta de classe e a derrubada do governo como disse o general Sizen Sarmento.”⁹² O Conselho acrescentou que “o penoso encargo de se entender com o governo será feito pela CNBB e que as provas contra os padres Michel Le Ven, Hervé Croguennec, Xavier Berthou e o diácono José Geraldo da Cruz são bastante fracas.”⁹³ No mesmo sentido, o pronunciamento de Dom Lucas Moreira, da CNBB, afirma e esclarece que:

A JOC é essencialmente um movimento de evangelização da juventude trabalhadora e tem, por isso mesmo, um caráter com o duplo objetivo de encarnar o evangelho na vida do operário e promover integralmente o jovem trabalhador.



A característica básica do movimento jocista é realizar a evangelização a partir da vida: partindo dos problemas reais para conscientizar o jovem trabalhador dando-lhe a visão evangélica de sua existência.⁹⁴

Sediado em Bruxelas, a JOC é reconhecida pela Igreja como movimento a ela vinculado, cuja finalidade é a evangelização do meio operário na linha de pastoral da Igreja pós-conciliar. No Brasil ela existe há vários anos, e atualmente está vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). E realiza, anualmente, congressos para seus militantes e jovens operários, visando rever a execução dos planos traçados no ano anterior, de forma a planejar as tarefas do ano seguinte. A organização tem mais de dois milhões de jovens trabalhadores a ela filiados como militantes, em cerca de 97 países de todo mundo e, no Brasil, cerca de 40 mil filiados.

Os jucistas e tantas outras dezenas de militantes que representam organizações da Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil, desenvolvem uma atividade dentro da sociedade, exigindo uma mudança radical das estruturas, em que seja abolido todo o sistema de lucro, a propriedade privada como tal e a exploração do homem pelo homem em todas as suas formas, conforme documento da JOC, então ligada à CNBB.

O trabalho de apostolado dessas entidades é exercido tanto pelo Secretariado Nacional do Apostolado ao qual estão ligados, como pela Cáritas Brasileira – uma espécie de autarquia dentro da organização centralizada da Igreja, criada para fins assistenciais, com o objetivo de distribuição de alimentos e roupas da Aliança para o Progresso.⁹⁵

Mas como afirma os seus gestores apostólicos: “nós não nos propomos à derubada do governo, conforme pregam alguns fascistas que temem a ação de um povo conscientizado, a opção de fazê-lo será das próprias classes trabalhadoras e, não, nós.”⁹⁶

Quanto aos suplícios que atingiam os clérigos presos, o bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom José de Castro Pinto, denunciou ao Jornal *O Paiz* que recebeu vários comunicados de Belo Horizonte afirmando que “métodos semelhantes aos dos nazistas e pelos regimes totalitários foram empregados para se obter a confissão dos padres Le Ven, Berthou, Croguennec e do diácono José Geraldo, de modo que quando lhe puseram um papel à frente assinaram para se livrarem dos algozes.”⁹⁷ Com o depoimento de Le Ven podemos asseverar a veracidade



dessa colocação de que os militares usavam métodos abjetos, sobretudo, após a aprovação do AI-5:

De manhã eu entendi que estava tendo alguma coisa diferente. Na noite do dia 12 o exército voltou no Horto e revirou a casa toda, saqueou a cozinha. Então os estudantes que estavam lá, todo mundo, se escondeu, né. E claro que isso me pesava, mas o que eu poderia fazer né? E, quando foi em torno de nove horas o coronel Mota, sempre vestido à paisana, dirigindo a Kombi da Comunidade começou a dar voltas comigo, Hervé e José Geraldo e nós sem sabermos o que iria acontecer. O coronel foi muito claro. Esta é a última noite que vocês vão passar. Porque agora tudo mudou. Não existem direitos, Deus, bispos. Rodaram conosco a noite toda na nossa Kombi da Comunidade. E que por isso, não tinha nenhuma identificação. Mas que depois foi devolvida para nós. Como eu não conhecia bem BH não sei por onde andamos. E sempre dizendo: daqui a pouco eu mato vocês. Nós não podíamos dizer nada, não tínhamos o que dizer. Só ouvindo a noite toda que era a nossa última noite, que daqui a pouco ia nos matar. Quando foram seis horas da manhã ele parou, já dentro da área do CM, eu decidi pular e o José Geraldo conseguiu também.⁹⁸ [grifos nossos]

Dom José de Castro Pinto ressaltou em sua declaração que “existe um plano de perseguição e de pressão específicas contra a Igreja, numa tentativa de desacreditá-la perante os brasileiros e impedir que sejam desenvolvidas e concretizadas as reformas exigidas pelo progresso e pelas encíclicas papais.”⁹⁹ Revelou também que “a anunciada expulsão dos estrangeiros acusados não passa de manobra das autoridades para impedir que a verdade da tortura venha a público, uma vez que os acusadores já constataram a fragilidade das provas e dos documentos incriminatórios.”¹⁰⁰ Para Dom Serafim, “a expulsão dos padres franceses não solucionará a crise, ao contrário servirá para agravá-la, porque no Brasil padres brasileiros continuarão a pregar o Evangelho e a palavra de Deus, taxada de subversiva.”¹⁰¹

No *habeas corpus* impetrado em favor dos sacerdotes e assinado pelos bispos Dom João Resende Costa, Dom Serafim e pelos advogados Ariosvaldo Campos Pires e Gamaliel Herval foi demonstrado que o padre Xavier Berthou, principal implicado nos depoimentos, foi levado pela confusão causada pela técnica empregada pelo interrogatório. Por isso ele teria confessado coisas que não fez e por isso seu depoimento é muito confuso.¹⁰²



Ademais, adotou-se um sistema *sui generis* de interrogatório, uma vez que se fazia inserir na resposta do inquerido os termos usados nas perguntas, estando todos eles carregados de sugestão e simbolismo. Uma análise crítica às declarações permite compreender que o que se vê estampado nas “confissões” é resultado menos do que disseram do que do método empregado que os obrigou a dizer ou fez crer que tivessem dito. A título de exemplo, houve uma pergunta endereçada ao padre Michel Le Ven que demonstrou a utilização dos métodos condenáveis: perguntado por que ia constantemente à Vespasiano e à Água Limpa com grupos para realizar treinamentos de guerrilha, declarou que ia àquelas regiões acompanhados de grupos de seminaristas com a finalidade de fazer reflexões sobre a vida cotidiana e sobre suas responsabilidades religiosas.

Como se nota, a pergunta contém mais que uma sugestão – contém uma afirmação que só resta ser desmentida pela própria natureza da resposta. O que se percebe do teor das perguntas do interrogatório é que ao tratar de qualquer tema, partiu-se de uma afirmação e não de uma real indagação. Ademais, quanto ao depoimento do padre Xavier Berthou é ainda preciso considerar que: a) trata-se de sacerdotes estrangeiros, pouco familiarizados com a Língua Portuguesa, principalmente com termos técnicos; b) nenhuma verossimilhança do que foi por ele alegado não encontra o mais leve apoio na realidade.

No *habeas corpus*, os advogados mostram, com clareza, que alcança as fronteiras do incompreensível o contexto da seguinte pergunta-resposta dada pelo sacerdote: perguntado sobre que elementos davam apoio externo aos movimentos de guerrilha difundidos em Belo Horizonte, por ele e pelo padre Michel, respondeu que “chineses e franceses faziam o envio de medicamentos para serem distribuídos a elementos dos grupos de guerrilha.” Para os advogados, bastaria essa resposta para pôr a nu a ingenuidade do sacerdote ao assinalar que a contribuição às guerrilhas se fazia pela remessa de medicamentos. O que prova, na verdade, é que o padre confundiu grupos da JOC com grupos de guerrilha.

Além do mais, é totalmente inverossímil a suposta existência de guerrilhas nas proximidades das cidades apontadas como focos das mesmas e, se houvesse, já teriam sido abortadas pelas autoridades. E não podemos deixar de mencionar que não seria crível a realidade de guerrilhas sem guerrilheiros, sem armamentos e sem dinheiro para aquisição. Nem um só “guerrilheiro” foi preso, nem mesmo se apreendeu um só armamento por mais rudimentar que fosse,



nem foi apontada ou descoberta uma só fonte de meios de sustentação desse tipo de luta.

Em comovente depoimento, Le Ven nos relata os últimos momentos deles na prisão:

MICHEL: Nós só ficamos no Colégio Militar.

ENTREVISTADORA: Nas mãos do Exército?

MICHEL: Nas mãos, só que desta vez do alto Exército, você imagina? O irmão do chefe do SNI. Eles achavam que tinham achado o segredo.

ENTREVISTADORA: A conexão?

MICHEL: É o que tem nessa igreja? O que tem nesses estrangeiros? O quê? Mas nós já tínhamos uma certa liberdade e falávamos o que passava na nossa cabeça. Porque eles não tinham porque nos condenar. Mas por outro lado, estou doído para ter esse material com meus depoimentos, pois foi tudo datilografado.... Os depoimentos e a prisão duraram até o início de fevereiro. Para mim o clima era mais claro, mas para meus colegas foi horrível, eles eram interrogados todas as noites, em grupo.

ENTREVISTADORA: Então você ficou numa situação diferente deles?

MICHEL: Eu fiquei separado, mas eles me chamavam para assistir à tortura.

ENTREVISTADORA: Ah! Era tortura física?

MICHEL: Chamaram até uma vez porque implicaram conosco por causa de uma festa junina que demos no nosso espaço no Horto e que vieram lideranças dos movimentos sociais, inclusive do movimento estudantil. Lembro-me que durante o depoimento éramos acusados de ter levado o Travassos, da liderança estudantil, na festa. Eles diziam que a gente mentia. Então eles foram atrás do João Batista dos Mares Guia que tinha sido preso por causa de Ibiúna, na base da Aeronáutica, que disse para o Gomes Carneiro, um homem completamente louco, o seguinte: capitão, eles têm o direito de fazer o que quiserem, de convidar quem quiserem. Se não tivessem feito o convite, não teriam cumprido a mensagem do Evangelho. O capitão quase derreteu. O João era muito alto e o capitão bem baixinho. Mas o João não gosta muito de falar sobre este tempo. O nosso inter-



rogatório passou a ficar sem sentido. Uma noite, o coronel Euclides ficou irritado e se aproximou dizendo: Esse cara aí está sendo interrogado desde hoje pela manhã, já são cinco e trinta da tarde e ele está muito tranquilo. Eu respondi – coronel, posso te falar uma coisa? Eu sei o porquê de estar aqui, o senhor não sabe, não entende nada de igreja, de Medellín. Então ele avançou para me bater e eu disse: sou francês. Fazia uso disso o tempo todo, mas meus colegas não usaram como eu fiz. Só tínhamos direito a vinte minutos no parque do Colégio Militar, mas sem conversar um com o outro. Uma vez, o padre Crognac deu um jeito e me disse - Michel quando que vamos sair? Eu disse - Não sei, só sei que este dia vai chegar. Ele nunca se recuperou da prisão, o Xavier também não. Depois vem uma longa história, tentamos continuar com a paróquia do Horto, eu na JOC e principalmente como professor da PUC, o que me protegia muito, porque tinha carteira de trabalho.¹⁰³ [grifos nossos]

Libertados em 06/02/1969, os sacerdotes sentiram além da dor da - prisão ilegal, os seus resultados práticos em suas vidas sociais, para sempre marcada pela truculência da ditadura militar:

ENTREVISTADORA: Quando saiu da prisão, você voltou para o Horto, continuou fazendo suas tarefas normalmente? Se sentia vigiado?

MICHEL Sim, continuei, juntei os cacos que tinham sobrado, a casa estava praticamente inabitável, tudo estava quebrado.

ENTREVISTADORA: E você sentiu bem acolhido na PUC? Eles te davam apoio?

MICHEL: Pelos alunos sim.

ENTREVISTADORA: A hierarquia mais alta, não? Certo.

MICHEL: Fui mandado embora. Porque eu pedi ao Papa que me desse o que se chama Redução ao Estado Laico. Em um mês ele me concedeu.

ENTREVISTADORA: Ah, você saiu da ordem logo depois.

MICHEL: Logo não, foram dois anos depois.

ENTREVISTADORA: Ah, dois anos.

MICHEL: Dois anos. Mas começou a ficar difícil, Dom João foi bem intolerante comigo. Ele me disse: “Você está train-



do o Evangelho. " Eu levantei e falei: "Dom João, só Deus que poderia lhe falar isso, então tchau, eu agradeço, e vou continuar a minha vida." "O senhor é um idealista, um sonhador. " Eu falei: "Bom pra cada um. " Mas eu queria ficar. E claro, porque me ofereceram de voltar para a França, de ir para Roma. Ou a Casa Generalis, para ser um tipo de inspetor da América Latina, de visitar as comunidades.

ENTREVISTADORA: Ah, sei.

MICHEL: Mas eu falei para eles: "Isso é meio louco! Vocês imaginam andar pelo Chile, pela Argentina a partir de 73, isso seria um risco..." Também não queria ir e falei: "não, vou continuar o que comecei aqui." A minha família não entendeu.

ENTREVISTADORA: Você ter ficado?

MICHEL: Como que iam entender?

ENTREVISTADORA: Mas do seu grupo quem voltou para a França ou ninguém voltou, todos permaneceram aqui? Isto é, do grupo que ficou preso.

MICHEL: Não, Hervé voltou para o seminário, mas o seminário foi fechado por causa de eu ser considerado treinador de guerrilha.

ENTREVISTADORA: O seminário de Eugenópolis? Então foi fechado? Ah! O seminário era visto como um lugar também para treinamento?

MICHEL: Isso me machucou muito mais do que vivi aqui, era tudo gente conhecido meu. Estou escrevendo sobre isso.¹⁰⁴
[grifos nossos]

E, mesmo agora, passados tantos anos dos fatos aqui narrados, muito se debocha e oculta das pessoas que mais severamente foram afetadas pela ditadura. Le Ven, por exemplo, andou por todos os tribunais militares procurando por seus pertences e lá onde há o acervo principal ele disse que queria ter acesso aos arquivos de 1968, ao passo que o homem que lá trabalhava lhe respondeu: 68, o que é isso?

Em suma, o caso dos padres franceses contribui para desvelar os porões da ditadura militar, onde a tortura era uma prática cotidiana. Inclusive os setores conservadores católicos, que consideravam as denúncias de tortura como algo irreal e fantasioso, passaram a acreditar que a tortura era uma realidade



e que deveria ser claramente enfrentada. O que demonstra que esse incidente serviu também para criar uma maior coesão dentro da própria Igreja que, até aquele momento, ainda estava dividida em sua postura diante do regime militar.

7.5 A fábula das freiras comunistas

Peço-lhe um último esforço, porque estas crônicas de libertação são todas no feminino e no plural, mas isto não quer dizer que alguma de nós não tivesse sua privacidade, como se o público absorvesse tudo. Éramos, porém, como arrastadas por uma corrente impetuosa de história pela qual o existente era um constante vir a ser. (Irmã Raffaella).

Em 1959, na cidade de Belo Horizonte, um grupo de irmãs da Congregação Oblatas do Espírito Santo criou o famoso e emblemático Colégio Helena Guerra, cujas atividades educacionais se estenderam até 1968, quando, por perseguição política, as mesmas foram forçadas a se encerrar.

Inicialmente hospedado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e depois passando de uma casa alugada a outra, sempre em áreas nobres, logo o Colégio adquiriu sede própria na Rua Bernardo Guimarães, em um prédio que hoje pertence à Fundação Dom Cabral. Iniciada com apenas uma turma do curso clássico, a escola cresceu e se tornou bastante conhecida e em seu terceiro ano de funcionamento contava com mais de 150 alunas.

No dizer de sua diretora, irmã Raffaella, – maior expoente da Comunidade das Oblatas do Espírito Santo em suas ações no Brasil –, elas operaram, sem perceber, uma “perfeita operação capitalista de mercado”¹⁰⁵ uma vez que em apenas quatro anos de funcionamento a escola passou a contar com aproximadamente mil alunas, do primário ao terceiro ano clássico. O interesse da classe média alta belo-horizontina pela educação que se oferecia no Colégio Helena Guerra era muito grande e as vagas tão disputadas que “as mães reservavam a matrícula das filhas logo que nasciam.”¹⁰⁶

A surpresa de todas as irmãs envolvidas no Colégio foi o fato de que o público da escola era muito distinto daquele com o qual elas haviam trabalhado na cidade de Cássia, interior de Minas Gerais, já que a escola se tornou o local escolhido pela classe dirigente para a educação de suas filhas:



A classe dirigente não fomos nós que a escolhemos. Ela que havia mandado suas filhas, no início timidamente, depois em massa, apenas porque se conscientizou que o nível intelectual da escola era, sem comparação, o melhor da cidade. Nisto, do ponto de vista deles, entendemos que era justo, porque num país subdesenvolvido, a seleção intelectual torna-se automaticamente seleção social. Nós, infelizmente, só acordamos mais tarde.¹⁰⁷

Era fato que o grande número de alunas e alunos exigia um vasto corpo docente laico e assim buscou-se uma primeira parceira com jovens professores italianos de *Gioventu Studentesca*, mas a experiência foi rompida e, nas palavras de irmã Rafaela, o motivo era:

A evidente divergência de objetivos e métodos. Os contatos com a Universidade, ao contrário, nos permitiram selecionar um corpo docente brasileiro afinado com o nosso sentir, e cuidamos muito dele, com reuniões até fora da sede, especialmente no Eldorado, onde se programava e se revia os fatos ocorridos.¹⁰⁸

Atentas ao contexto político de enfrentamentos ideológicos e da brutal ditadura que se instalou no País, as religiosas, sob a liderança de irmã Raffaella, construíram no Colégio Helena Guerra verdadeiros cursos de contra-história:

O curso de história era praticamente de contra-história e a orientação cultural era em geral refinadamente de esquerda nacionalista através da literatura, do cinema e do teatro. O elemento cultural refinado deixava perplexos os pais tradicionalistas. Fizemos cursos de Bossa Nova para confrontar os princípios do Evangelho com esta expressão revolucionária popular poética da alma brasileira.¹⁰⁹

Com uma proposta pedagógica ousada de ensinar às filhas da alta burguesia belo-horizontina a existência e o impacto de seus privilégios, logo se espalhou a notícia de que era um Colégio comunista, entretanto a verdadeira inovação era a relação disciplina-liberdade, na qual se buscava “descobrir os instrumentos pedagógicos que liberassem a capacidade de criar, participar, ser responsável, que são latentes em cada ser humano. No fundo, desejávamos que nossas alunas assumissem uma posição crítica frente ao seu ambiente.”¹¹⁰ Para alcançar tais objetivos, “foram introduzidas novas disciplinas nos currículos, como a música e o cinema, matérias pioneiras para aquela época, que tornavam o Colégio, conforme alguns alunos e professores, como o Prof. Gagliardi, ‘uma escola diferente das outras.’”¹¹¹ A cadeira de ensino religioso, por exemplo, não



visava doutrinar as alunas na fé cristã, mas tão somente educá-las e instruí-las na doutrina social da Igreja, sem qualquer apelo religioso.

Uma das marcas do Colégio Helena Guerra foram as sessões noturnas do chamado cineclube, sempre com a exibição de filmes com certo teor cultural e aberto às alunas que quisessem frequentá-lo. A programação ficava a cargo do padre Massote e seus alunos de cinema na PUC Minas. O objetivo deste projeto era “despertar nas jovens e ricas alunas certo chamado à realidade da vida, que lhes mostrasse que a vida não é só divertimento e conforto.”¹¹²

Havia também a chamada “hora de formação” que, a cargo das educadoras do Instituto Assistencial Helena Guerra, visava tencionar suas realidades com elementos concretos como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos do Homem. E muitas vezes, “a essas reflexões [...] seguiam-se visitas às favelas com o intuito de interessar e estimular cada vez mais as alunas, inclusive na construção de uma pequena escola juntamente com os moradores.”¹¹³ As favelas denominadas Primeiro de Maio, Bairro São Paulo, Pau comeu, Vila dos Marmiteiros, Pindura Saia, entre outras, era parte do destino das alunas.

Outra importante inovação didática foi a prática de ‘encontros’ ou ‘acampamentos’ que ocorriam “entre grupos nem sempre homogêneos que não ocorriam na igreja ou outro lugar sagrado, mas na natureza, em fazendas ou acampamentos.”¹¹⁴ Esses encontros eram abertos para a participação de toda a família das alunas, tendo sido criada, inclusive, “uma associação de pais e docentes que garantia o compartilhamento de propósitos sobre a educação das jovens alunas.”¹¹⁵ Nas palavras de irmã Raffaella, “entre os pais, pouquíssimos se tornaram nossos amigos, mas estes poucos foram fiéis até o fim e a um desses devo, seguramente, a vida.”¹¹⁶

Entretanto, havia também aqueles que colocavam sob suspeita as atividades pedagógicas desenvolvidas no Colégio. É caso conhecido o de aluna, filha de um militar de alta patente do Exército, que ao compartilhar as experiências vividas no cotidiano da escola para a sua família, ingenuamente, serviu de informante ao pai. Provavelmente este militar, por sua vez, repassava as informações ao aparelho repressivo acirrando a perseguição e vigilância ao Colégio.

Prova de que este fato serviu de estímulo à vigilância e perseguição ao Colégio pode ser observado no documento a seguir, no qual se demonstra que qualquer movimento de irmã Rafaella junto às alunas estava sob suspeita:

CONFIDENCIAL

MINISTERIO DO EXERCITO
I EXERCITO — 4a. RM-4a. DI
2a. SEÇÃO — EMR/4

Juiz de Fora-MG, 28 Jun 68

1. ASSUNTO : Subversão - Colégio Helena Guerra -
2. ORIGEM :
3. CLASSIFICAÇÃO :
4. DIFUSÃO : Secretaria de Segurança de MG - Arq
5. DIF. ORIGEM : 4ª RM - SNI/ABH - DVS/MG -
6. REFERENCIA : Infe 6/68-CPOR/BH - Infe 86 E2/Conf ID/4
7. ANEXO :

PEDIDO DE BUSCA Nº 144/68/E2/4ª RM

1. DADOS CONHECIDOS

a. Esta Agência foi informada que nos dias 5, 6 e 7 do corrente foram realizadas reuniões em um sítio situado a 4 Km além da localidade de ESMERALDA, de propriedade do Dr ROCHA de tal, pai de uma aluna do Colégio Helena Guerra.

b. O tema de uma das palestras proferidas foi "A Revolução Estudantil".

c. Foram oradores durante a reunião, dentre outros, o Professor ROBERTO ELIAS, do Colégio Helena Guerra, que foi prêso pelo DVS nas manifestações estudantis, irmã RAFAELA, do Colégio Helena Guerra, - padre OZANAN COELHO e a Presidente do DA, MARIZA TEIXEIRA MARTINS.

d. Este grupo do Helena Guerra, fez uma visita às instalações da MAGNESITA e que se supõe terem sido guiadas por ROBERTO DUARTE, o qual foi despedido após a última greve dos metalúrgicos mineiros.

2. DADOS SOLICITADOS

- a. O Colégio é estadual ou particular?
- b. funciona DA no referido colégio?
- b. dados sobre os elementos citados

###



CONFIDENCIAL



Figura 11: Perseguição às atividades pedagógicas do Colégio Helena Guerra¹¹⁷. Fonte: Arquivo DOPS, Pedido de busca.

Todas essas produções e inovações pedagógicas ganharam fôlego e vigor com a expansão do trabalho realizado em Belo Horizonte para a Cidade Industrial de Contagem. Devido ao progresso da experiência do Colégio Helena Guerra, a Congregação das Oblatas do Espírito Santo recebeu, em doação, um terreno no Eldorado, a apenas 18 quilômetros de Belo Horizonte, para que se abrisse outra escola. Criada pelo Decreto nº 5742, de 13/01/1960 e projetado pelo arquiteto José Vasconcelos na forma de um grande H, o edifício havia sido idealizado para ser o maior instituto escolar da América Latina.



Enquanto no Colégio de Belo Horizonte a intenção pedagógica era construir com as alunas uma consciência histórica, no Eldorado os objetivos eram outros, já que, como conta irmã Raffaela, o Eldorado “era uma ilha verdejante circundada por casas populares e favelas.”¹¹⁸ Compreendendo a realidade desse novo cenário e a importância do trabalho educacional voltado aos pobres, as irmãs:

Decidiram abrir os jardins da escola do Eldorado e dirigir a experiência educativa aos meninos e meninas das favelas. Houve alguma inevitável recriminação por parte dos políticos locais, mas a experiência prosseguiu e os anos seguintes, nesse sentido, foram muito intensos para Linda [irmã Raffaela] e suas companheiras. Em pouco tempo estava gerindo dois institutos escolares ao mesmo tempo, mas com instrumentos pedagógicos necessariamente diferentes, por causa dos contextos sociais em que estavam inseridos. Algumas prosseguiram o próprio empenho no Instituto feminino do centro da cidade com experimentações educativas de vanguarda, ao passo que outras se dirigiram para os confins da área industrial, o Eldorado, a confrontar os mesmos métodos didáticos alternativos com a fome dos estudantes e com suas famílias de operários.¹¹⁹

A abertura da Escola Estadual Helena Guerra, no Eldorado, voltada, sobretudo, aos filhos e filhas dos operários, se deu em absoluta sintonia com o fermento social e cultural do momento, pois “era início dos anos sessenta e, no governo de João Goulart respirava-se um ar de reformas e muitos se mobilizavam: camponeses, universitários e os próprios habitantes dos subúrbios urbanos.”¹²⁰ Em vários relatos da Comunidade de irmãs emerge a lembrança de que na escola do Eldorado, por exemplo, quando os operários entravam em greve, as irmãs e demais professores iam reunir-se com os alunos em assembleia para explicar-lhes porque seus pais estavam protestando.¹²¹

De tal modo, havia no processo educacional levado a cabo pelo Instituto Helena Guerra no Eldorado uma grande identificação com o método de ensino de Paulo Freire. Para melhor aplicá-lo, irmã Raffaela “preocupou-se em chamar os especialistas nas técnicas pedagógicas de Freire, para que as professoras aprendessem antes de mais nada o método e o pudessem ‘traduzir’ naquele contexto.”¹²² As primeiras pessoas a serem “alfabetizadas” em tal método e a receber novos instrumentos de leitura da sociedade foram as jovens religiosas do Instituto. O método se tornou o horizonte de ação e a cada mês eram realizadas reuniões com o corpo docente, formado em grande parte por professores leigos, para estabelecer conjuntamente o programa didático mensal. Normalmente, naquela ocasião, se escolhia uma temática a ser enfrentada, de modo que cada professor, na própria matéria, pudesse aprofundar um aspecto.¹²³



Graças, sobretudo, à experiência do Eldorado e ao “confronto com as realidades mais pobres das periferias urbanas, num percurso de revisão e renovação das práticas pastorais” e de construção do método pedagógico a ser adotado em um período de vivacidade democrática no Brasil,¹²⁴ os anos foram de intensa fermentação para as irmãs e leigas que constituíram as práticas do Colégio Helena Guerra em Belo Horizonte e na Escola Estadual Helena Guerra do Eldorado, mas apenas até 1964, quando as atividades educacionais realizadas pelas irmãs são colocadas sob suspeita e em constante vigilância:

Com o golpe militar de 31 de março de 1964 a situação mudou rapidamente e o grande fermento do grupo cedeu lugar a uma atitude de atenta cautela. Não abandonaram suas atividades educativas, ou melhor, como conta Linda, nunca “deram um passo para trás, pelo contrário, a ditadura militar se tornou uma temática a ser enfrentadas, e uma razão a mais para estimular a crítica da consciência ‘burguesa’ das alunas” [...] As atividades do Colégio e de todo o corpo docente, porém, foram logo colocadas sob acusação e não somente pela polícia, mas também por muitas famílias das alunas, “divididas – conta Linda – entre a hostilidade em relação a nós e o amor pelas filhas, que não admitiam censuras ou medidas repressivas contra suas educadoras”.¹²⁵

Período de particular periculosidade para a escola do Eldorado, para o Colégio em Belo Horizonte e para as irmãs que estavam à frente das atividades docentes, a ditadura militar foi minando de modo sorrateiro e truculento os avanços educacionais arduamente construídos. Os dois ambientes escolares eram vigiados, as irmãs e os professores insistentemente chamados a depor, tendo inclusive relato de professores presos e desaparecidos, como é o caso do professor de Geografia, Roberto Elias. Em uma dessas perseguições, irmã Raffaella foi intimada a depor num quartel na qualidade de testemunha e lá vivenciou algo que lhe marcou profundamente:

Enquanto atravessava o corredor do quartel viu o padre Lage, um sacerdote que se envolveu muito com as Ligas Camponesas, um verdadeiro revolucionário. [...]. Havia sido torturado e tinha as mãos atadas. A irmã, que devia entrar na sala para dar testemunho, voltou atrás e lhe beijou as mãos. Naquele momento pensou que seria presa, porque ele era considerado terrorista, mas não foi. “Foi um impulso incontrolável” – acrescenta Linda, referindo-se ao mesmo episódio – que a levou a fazer o gesto que, de modo geral, como diz, sempre repudiou e evitou.¹²⁶



A aproximação necessária com o movimento estudantil era outro fator que colocava as irmãs, especialmente madre Raffaela e Maria Helena, sob a mira dos militares. Em suas memórias, irmã Raffaela relata:

Depois explodiu o que devia explodir, mesmo porque eu era muito próxima dos jovens que se rebelavam, sobre isso não há dúvida, mas nunca estivera de acordo com a luta armada que eles haviam iniciado. Afinal, eu me tornara um ponto de referência para a juventude inquieta. Compreendia profundamente esses jovens que lutavam pelos direitos humanos e a coisa se tornou perigosa.¹²⁷

O empenho de irmã Raffaela e do corpo docente com a luta dos estudantes por direitos humanos era tão intenso que, inclusive, os acompanhava em grandes marchas e assembleias pelas ruas e dava-lhes abrigo, até mesmo sediando seus congressos clandestinos. Sobre tais fatos, irmã Raffaela nos revela que:

Foi um período em que vivemos um pouco perigosamente, continuando nossos métodos, mas acredito que no começo fomos poupadas porque tínhamos 'defensores' na Igreja Oficial: o famoso Dom Helder Câmara, por exemplo, arcebispo de Olinda e Recife, em Pernambuco, ou Dom Antônio Fragoço, bispo de Crateús, no Ceará: eram pessoas extraordinárias e isso muitas vezes bastou para nos proteger.¹²⁸

Mesmo com o apoio e respaldo inicial que grandes figuras da Igreja davam à Comunidade, as religiosas foram sistematicamente encurraladas em suas ações, sobretudo após abandonarem conscientemente a ordem hierárquica e patriarcal da Igreja Institucional para adotarem uma vida de devoção à Igreja viva na figura dos oprimidos. Desvinculando-se institucionalmente da Igreja, as irmãs se constituíram como Comunidade leiga e, com o incentivo espiritual da Teologia da Libertação, muitos outros religiosos caíram na ilegalidade por sustentarem uma fé na emancipação dos pobres e por agirem de acordo com esta perspectiva.

O cerco às irmãs e ao trabalho que elas realizavam junto aos estudantes era tal que se conta que, em um dado momento, foi morar ao lado do Colégio, Dan Mitrione, "um agente contratado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) para treinar as polícias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, no Brasil, e a polícia do Uruguai, a torturar presos sem deixar marcas"¹²⁹, causando nelas a forte sensação de que eram continuamente observadas. Sobre a prática dessas vigilâncias, irmã Raffaela nos conta:



Um dia, no Colégio, apareceu um general. Eu estava lendo Medellín e, ao vê-lo, minhas mãos começaram a tremer, a tal ponto que derramei café sobre o documento... 'o que está fazendo? – Me disse – Mas por que não vem ler Medellín no quartel? "Prefiro lê-lo aqui"... A partir daí começaram as ameaças. Uma situação que se tornou cada dia mais perigosa, mesmo porque Linda e as outras nunca recusaram, dentro do possível, seu apoio aos movimentos estudantis, particularmente à UNE (União Nacional do Estudantes).¹³⁰



Figura 12: Alunas do Colégio Helena Guerra diante da escola. Fonte: Bonifazi, 2016, p.261.



Figura 13: 1966: alunas do Colégio Helena Guerra na capela¹³¹. Fonte: Bonifazi, 2016, p.261.



Figura 14: Eldorado, 05/04/1969: memória de um começo. A escolha de não manter nenhum vínculo jurídico com a Igreja¹³². Fonte: Bonifazi, 2016 p.263.



Figura 15: 1971: lições a céu aberto no Eldorado.¹³³Fonte: Bonifazi, 2016 p.264.

Como marca desse apoio incondicional à luta dos estudantes, na noite do dia 21 de setembro, no Eldorado, irmã Raffaella – que já havia se desligado da Igreja e daquele modo de se vestir que marcava a sua antiga condição como membro de Congregação religiosa – volta a vestir o hábito de freira e conduz,



de carro, alguns dirigentes da UNE. Entretanto, quando “alguns meses depois eles foram presos durante o Congresso Nacional clandestino que se realizou em Ibiúna, a Comunidade não pode deixar de sofrer as consequências daquela hospitalidade”¹³⁴ e todos os demais acontecimentos caminharam para o fechamento do Colégio.

Diante da pressão política e policiaesca da ditadura militar, da compreensão de que a pastoral como estrutura hierárquica não era capaz de “dar expressão ao povo e responsabilidade às pessoas”¹³⁵ e da real ruptura institucional com a Igreja, o grupo de irmã Raffaella se viu forçado a uma revisão de seus métodos e à análise de seus aprendizados na experiência pedagógica alcançada na gestão de dois estabelecimentos de ensino tão diversos social e culturalmente.

A primeira consequência dessa reflexão foi a compreensão de que elas haviam sofrido de um “equivoco de consciência”, como denomina Raffaella. No diagnóstico da irmã, a proposta concreta de transformação cultural levada a cabo por nove anos no Colégio Helena Guerra falhou e abriu-lhe os olhos a intervenções mais urgentes. Elas aprenderam que “lá onde o capitalismo é selvagem, precisa antes de tudo, dar a palavra àqueles que há séculos não são livres, afrontar a desumanização para descartá-la”¹³⁶ e acrescenta:

A nossa experiência nesse setor parte da convicção de que fosse possível mudar a juventude da alta burguesia de Belo Horizonte através de instrumentos pedagógicos novos e alternativos. Foi um longo itinerário, cheio de inventividade, revisões, frustrações e tentativas repetidas. Envolve-nos todos nessa experiência, que amadureceu e quando constatamos a sua inutilidade, decidimos juntos à comunidade educacional mudar o experimento, como forma de libertação para nós e apelo à libertação para os nossos interlocutores. O equivoco de fundo, que a experiência deixou claro, foi a aposta sobre a transformação das consciências: aprendemos a nossa custa que, sem mudar as estruturas, ‘o coração profundo’ sozinho não é capaz de transformar a sociedade. Isto me veio e sempre me recordo como ‘equivoco da consciência’.¹³⁷

Assim, ao longo de 1968, elabora-se para toda a comunidade de pais e alunos um documento no qual se esclarecem as condições atuais do projeto e a decisão de fechar o Colégio Helena Guerra em Belo Horizonte que, naquele momento, contava com aproximadamente duas mil alunas. Com essa decisão, as Oblatas do Espírito Santo continuaram mantendo apenas a experiência educacional da Escola do Eldorado. Conta Linda que:



Em dezembro, entregues os últimos diplomas, fechamos os portões. Estávamos todas feridas, mas serenas: feridas porque poucas, mesmo entre as fiéis, aceitaram a radicalidade do gesto; porque muitas alunas provisoriamente se desorientaram; porque se iniciou uma campanha de calúnias de ordem política e moral.¹³⁸

Ao fechamento do Colégio de Belo Horizonte seguiu-se a interrupção de todas as atividades institucionais que a Congregação levava adiante também nas outras cidades brasileiras: iniciou-se a dispersão da Comunidade, que as levou, com o pedido oficial de dispensa dos votos, a libertar-se oficialmente da Instituição eclesiástica.

A comunidade dividiu-se em pequenos grupos, em pequenas comunidades de 'integração', como as chamavam, cuja finalidade era misturar-se à sociedade: todas tiveram de procurar um novo trabalho. Linda foi viver numa casa alugada com algumas companheiras e continuou a dar aulas na Universidade. Outras iniciaram um trabalho de educação popular para jovens e adultos num bairro periférico de Belo Horizonte, mas a experiência durou apenas alguns meses, pois que, ao lado da casa para onde haviam se transferido, morava um policial, e suas atividades logo foram de novo vigiadas.¹³⁹

No Eldorado, a escola permaneceu sob a direção do Instituto Helena Guerra até 1973, quando a instituição encerra todas as suas atividades no Brasil. Posteriormente, a direção da escola ficou a cargo do Instituto de Orientação Juvenil (IOJ), órgão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), assim permanecendo até 1985.

Desde então, o espaço ocupado pela escola pertence à Arquidiocese Metropolitana de Belo Horizonte, responsável direta pela conservação e manutenção deste patrimônio, sendo que, em 1975, o então arcebispo, Dom Serafim Fernandes, reitor da PUC Minas, fez dela a "menina de seus olhos", convocando as irmãs salesianas para a direção da instituição, ciente de que estavam realmente vocacionadas para a educação dos jovens, sob a inspiração do educador Dom Bosco.

Ao constatar que na região do Eldorado havia grande procura de mão de obra e que os jovens estavam totalmente despreparados para o mercado de trabalho, em 1985 a direção da Helena Guerra decidiu se tornar uma escola profissionalizante, onde o aluno tivesse não só a formação de 2º grau, mas, sobretudo, recebesse, nas oficinas, a experiência necessária para o trabalho. Atualmente, a Escola Estadual Helena Guerra possui aproximadamente 2.720 alunos e



200 funcionários, funcionando em três turnos, nas suas 90 salas de aula, além de oferecer uma bem-equipada biblioteca, sala de informática e laboratórios.

Escola-referência para o município pelo seu desenvolvimento pedagógico, a Escola Estadual Helena Guerra é conhecida, atualmente, pela qualidade do trabalho de seus profissionais e desempenho da equipe. “Nossa filosofia é voltada para a formação da cidadania, já que a escola foi fundada dentro dos princípios de amor, tolerância e respeito. É uma mensagem passada de geração a geração, contribuindo para formar pessoas”, resume a diretora Miriam. Além da maneira de educar, outro ponto que, segundo Miriam, faz a E. E. Helena Guerra ser respeitada na comunidade é o bom espaço físico que, de acordo com a diretora, dá aos alunos uma maior sensação de liberdade, além de possuir muitas pessoas de confiança, dispostas a ouvir aqueles que desejam falar sobre suas vidas, buscando conforto.

No ápice da perseguição política de que a Comunidade foi alvo, a vida de irmã Raffaella ficou sob a mira dos militares, até que, em 13/05/1969, dois pais de alunas do Colégio Helena Guerra – um, era tabelião e o outro, diretor de Banco – foram de madrugada até a casa das irmãs e disseram a Linda Bimbi: “pelo amor das nossas filhas viemos te avisar, vá embora, que amanhã cedo vão vir te pegar.”¹⁴⁰ Pela intensa ligação com as alunas e o movimento estudantil, irmã Raffaella era a mais exposta do grupo e foi obrigada a deixar Belo Horizonte em poucas horas. Com a ajuda e o apoio da rede de amigos do grupo, elas pediram ao irmão de uma delas – Maria Helena – que trabalhava no *Ministério degli Affari Esterim*, na Itália, para mandar um telegrama, dizendo que a mãe de Linda estava muito doente. E assim puderam justificar e comprar uma passagem.

Acompanhada de Dom Marcos Noronha e Maria Elena, irmã Raffaella chega ao Rio de Janeiro, onde uma abadessa beneditina lhe emprestaria algum dinheiro, já que ela não podia retirar nenhum valor do Banco sem ser imediatamente detida pela repressão militar. Para restituir o dinheiro à abadia, a religiosa começou a fazer traduções durante a noite e não aceitou a devolução dos valores por parte de irmã Raffaella.¹⁴¹ Em suas memórias, Linda Bimbi, outrora irmã Raffaella, expõe: “eu subi no carro com minha amiga e fui ao Rio de Janeiro. Na Embaixada Italiana contei minha história. Foram muito bons, me acompanharam até o aeroporto, até eu subir no avião. Lembro que, quando o avião começou a decolar, eu adormeci.”¹⁴²

A história de Linda Bimbi no Brasil se confunde com a experiência do Colégio e da Escola Helena Guerra. A expansão do trabalho dos educandários se deu em



consonância com a extensa atividade levada a cabo pela italiana. Mulher de muita desenvoltura política, sua presença foi marcante entre os operários, os religiosos das mais variadas congregações e no movimento estudantil. A perseguição por ela sofrida foi uma forma de minar o experimento educacional vocacionado, de um lado, a incutir uma consciência histórica nas alunas, filhas da burguesia de Belo Horizonte; de outro, a utilizar a Pedagogia do Oprimido como método de trabalho com as alunas e alunos, filhos dos operários no Eldorado, cujo fim último era estabelecer a educação como prática da liberdade.

Essa trajetória educacional, aliada à ousada luta por uma liberdade efetiva, em aberto confronto com a realidade política e social dos anos de chumbo foi suficiente para que o regime militar coagisse a irmã Raffaella, diretora do Colégio Helena Guerra, a deixar o Brasil, dado o grau de perseguição que lhes impunha.

Entretanto, ao cruzar Atlântico, seu espírito combativo permaneceu ligado às questões que abalavam a vida política e ameaçava os direitos humanos no Brasil. Prova disso foi a sua atuação na organização do Tribunal Russel II, na América Latina, que investigou e condenou a ditadura militar em nosso País.

7.6 O lugar do trabalho sociorreligioso na ditadura militar

A orientação teológica da Igreja Católica, iniciada com o Concílio Vaticano II e levada a cabo na América Latina a partir das Conferências de Medellín e de Puebla, aproximou a hierarquia eclesial das classes populares e fez da Igreja “a voz dos que não têm voz”, empenhando-se de modo incansável numa campanha de denúncia às torturas e na defesa dos direitos humanos.¹⁴³ A maior expressão dessa proximidade foram as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – que, nascidas nas periferias dos grandes centros urbanos e nas zonas rurais, tinham por objetivo criar “um novo modo de ser” para a Igreja, como instituição.

Surgida não como fruto de uma geração espontânea ou mera decisão eclesial, mas como o resultado da convergência de descobertas e conversões pastorais, as CEBs encontraram nos grupos militantes ligados à Igreja Católica e na agitação política das décadas de 1960 e 1970 todo o fermento e contexto social para o seu desenvolvimento. Ademais, elas se fortaleceram e se consolidaram como espaço de luta pela libertação dos povos, à medida que tomou a dianteira dos processos sociais, tendo em vista que havia um espaço de militância católica a



ser reconstruído e ocupado devido à crescente desmobilização e fragmentação das forças jucistas a partir de 1968.

Com seus símbolos e textos libertários, as CEBs mediavam a luta política pela fé cristã e traziam lemas como “em luta por uma sociedade justa e fraterna” ou a tão conhecida “opção preferencial pelos pobres”; para o cotidiano dos trabalhos das comunidades, dos sermões de padres e diversos textos teológicos.¹⁴⁴ O que tornou possível fazer uma discussão qualificada da realidade de seus adeptos, sem apelar para um intelectualismo vazio.

O debate dos temas nas reuniões costuma pautar-se pelo método de “ver-julgar-agir”: o “ver” consiste numa sucessão de observações de cada um dos presentes sobre o tema em questão, o “julgar” implica o contraste entre a realidade observada e os valores do cristianismo, frequentemente através da questão “como é que Jesus agiria diante disso? ”; o “agir” trata-se de concluir sobre aquilo que aquelas pessoas poderiam fazer diante do problema.¹⁴⁵ De tal modo, o método da CEBs era bem-definido e atendia de modo inigualável à mobilização das massas em prol de seus direitos humanos básicos.

Pensada como Comunidade, a CEBs integra famílias, adultos e jovens, em estreito relacionamento interpessoal. Como Eclesial, é uma comunidade de fé, esperança e caridade que celebra a palavra de Deus e se nutre com a Eucaristia – ponto culminante dos demais sacramentos –, que realiza a palavra de Deus na vida, mediante a solidariedade e o compromisso com o mandamento novo do Senhor, tornando presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, pelo serviço de coordenadores aprovados. É de Base, por estar constituída por um pequeno número de membros em forma de células vivas da Igreja.

Desde seu início, as CEBs cresceram mais entre as populações simples e pobres, havendo várias razões para esse fato. Em um primeiro momento, foi junto às populações dispersas pelo interior que elas se firmaram, já que diante da ausência de um vigário residente, os leigos acabavam por assumirem ministérios e colocar a força da Igreja na comunidade. Padres e religiosos passaram a assumir mais o papel de animadores de lideranças locais, deixando mais espaço para os leigos.

Além disso, a simplicidade das CEBs tanto em sua dimensão e estrutura, como em sua linguagem, vivência e clima, corresponde mais a sua maneira espontânea e simples de viver. Isso levou as CEBs a serem um lugar de grande



integração de pessoas simples, iletradas e pobres como membros atuantes na Igreja. Não seria certo, porém, concluir que as CEBs só são possíveis entre as classes pobres. Pior ainda pensar que a Igreja está dividida em duas: uma nas CEBs para os pobres e outra das classes médias ou ricas, na paróquia e outras organizações.¹⁴⁶ O fundamento das CEBs como ideal se dirige a todos os cristãos. Importante salientar que elas não são um novo movimento de leigos, mas uma nova forma de ser da instituição católica.

Com as CEBs, a Igreja se abriu ao mundo e envolveu-se com os seus problemas. Nesse sentido, sua prioridade se tornou promover a alfabetização e a mobilização social, sobretudo, pelo método de Paulo Freire – que havia sido proibido no regime militar. Essas comunidades usavam a concepção bíblica da vida para agir na sociedade diante da realidade vivida, reconhecendo que as dores de um era as dores de todos, dando materialidade à orientação conciliar, que assim dispunha:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma, verdadeiramente humana, que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação, em demanda do Reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e a sua história.¹⁴⁷

Em Minas Gerais, a contribuição das CEBs, dentro do contexto sociopolítico que a ditadura militar impunha, se deu no âmbito da organização dos segmentos populares. Essa atuação impulsionou a criação de associações de moradores, de clubes de mães, assim como a inserção do movimento operário e rural, entre outros. O levantamento feito por Rodrigues *et al* chama a atenção para a existência de 36 CEBs atuantes em Minas Gerais, dentre as quais eles destacam a atuação da Comunidade de Santa Rita, situada em Campos Gerais, e da Comunidade Margarida Maria Alves, em Ipatinga.

Com todo o seu potencial de mobilização e luta, as CEBs não passaram despercebidas pelo regime militar, nem pôde fugir de sua truculência. Prova disso é a perseguição declarada que sofriam por parte dos militares que chegou a situações extremas de assassinato de lideranças pastorais. Em 1988, o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaobim, José Vaz de Matos, conhecido



por seu trabalho de militância junto às CEBs, foi brutalmente assassinado. Antes disso, o bispo auxiliar de Itabira, Dom Lélis Lara, já denunciava em carta dirigida ao Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais o conflito na região do Miradouro e a impunidade pelo assassinato de Avelino Pereira Guimarães, em Braúnas, e de Adelino Pereira Guimarães, na cadeia de Itabira.¹⁴⁸

Muitos clérigos, apoiados na mensagem e na coragem do Cristo, e diante da realidade que experimentavam junto às CEBs, desafiavam o regime com robustas denúncias. O padre Agostinho Vander Broék, responsável pela paróquia São Paulo, em Muriaé, escreveu uma carta denunciando o clima de terror em Miradouro, o medo da população diante da violência policial e a descrença que a justiça pudesse ser feita. Em Varzelândia, é o Padre José Silveira que sai em defesa dos direitos das pessoas de sua comunidade. O município de Eugenópolis, próximo a Muriaé, na Zona da Mata, padeceu com a perseguição sofrida pelo padre assuncionista Jean Kendarel, conhecido como Gweanael. Perseguido por sua atuação na evangelização rural – carro-chefe das CEBs – a atuação do padre Gweanael foi duramente reprimida e, em 1968, o regime ditatorial realizou uma intervenção no Seminário de Eugenópolis, sob a alegação de que o religioso estaria implantando um núcleo de guerrilha na região.

O padre Elizete Lopes Gusmão, militante das CEBs, primeiro presidente e um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro e que estimulava a atuação da Comissão Pastoral da Terra – CPT na região, também foi perseguido, sofreu emboscada e viu uma das capelas de sua paróquia ser fechada. A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975 para atuar nas questões agrárias. Sua origem está associada ao bispo de Campanha, que publicou a carta pastoral “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma agrária” que pode ser considerado o primeiro documento da Igreja sobre o tema. A atuação por ela desenvolvida afastava-se dos movimentos sociais da época, em especial da proposta socializante das ligas camponesas. Com o golpe militar, em virtude da repressão, sua linha de atuação mudou, o apoio advindo dos movimentos leigos, como a JAC e o MEB (Movimento de Educação de Base), foi enfraquecido e, por fim, a própria Igreja passa a considerar que o Estatuto da Terra já contemplava as demandas sobre a questão da terra.¹⁴⁹

Contudo, nada disso abatia o povo de Deus reunido em Comunidades Eclesiais de Base e, na luta por uma ativa participação dos camponeses na defesa de seus interesses, os católicos ministravam cursos, promoviam encontros entre os moradores rurais, a fim de discutir questões importantes para o cotidiano local, e levavam reivindicações às forças políticas. Tudo isso visava como fim



último à unificação dos camponeses na defesa dos seus direitos: “os sindicatos da Igreja não eram, na sua maior parte, “revolucionários”. Na realidade, os sindicatos da Igreja tentavam, na maioria das vezes, forçar a aplicação de leis já existentes.”¹⁵⁰ Ou seja, a ação política e social desenvolvida pelos membros das CEBs era no sentido de cobrar das forças políticas e da justiça, a garantia dos direitos já existentes aos trabalhadores urbanos e rurais. E era justamente a defesa de tais direitos que colocava os católicos mais engajados na promoção social dos indivíduos, por meio das CEBs, em confronto direto com o Estado Militar.

As dioceses que mais notadamente se envolveram com um trabalho social de base em Minas Gerais, segundo levantamento feito a partir da participação comunitária nos Encontros Intereclesiais das CEBs, realizados em 1980, 1981 e 1982, foram Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas, Teófilo Otoni, Itabira, Belo Horizonte e Juiz de Fora, totalizando 21 dioceses, na luta pela redemocratização do País e que mediavam a luta político-social pela celebração da fé no Deus vivo e pela esperança de libertação que a ressurreição do Cristo lhes embutiam n’alma.

NOTAS

1. A Ação Católica foi criada em 1930, incentivada pelo Papa Pio XI. No Brasil, ela foi instalada, oficialmente, em 1936, mas é na década de 1950 que suas metas se tornam mais precisas e sua atuação mais presente na sociedade brasileira, principalmente com o surgimento da JUC.
2. DELGADO, L.A.N., PASSOS, M. Catolicismo: Direitos Sociais e Direitos Humanos (1960-1970). In: *O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. FERREIRA, J e DELGADO, L. A.N. (orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
3. FERREIRA et al. p.3.
4. Idem p.15
5. GAVIÃO, PF. p.157
6. Sobre a Ação Católica, a JEC, JUC e JOC Revista Eclesiástica Brasileira, 43, fascículo 159, março de 1983 . p.21
7. FERREIRA et al, 2002, p.16.
8. Idem p.17
9. (...), 1983, p.21.
10. GAVIÃO, PF. p.157
11. Idem p.157.
12. Jornal Diário, 02/08/1963.
13. Idem.
14. Entrevista de Frei Cláudio Van Ballen, em 06/01/1995. Programa de História Oral. Centro de Estudos Mineiros, FAFICH- UFMG.
15. Comissão Nacional da Verdade.
16. STARLING, H. M. M. *Os Senhores das Gerais - Os Novos Inconfidentes*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
17. GASPARI, 2002, p.237.
18. Entrevista com frei Oswaldo realizada pela Covemg. 18/11/2015.
19. PESSOA, Francisco Lage. *O Padre do Diabo*. 1988. São Paulo: EMW Editores. p.71.
20. OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Movimento de Favelas de Belo Horizonte e os católicos conservadores. 2011. IN: *Revista de História Regional*.
21. OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Movimento de Favelas de Belo Horizonte e os católicos conservadores. 2011. IN: *Revista de História Regional* p. 681.
22. O Jornal Brasil Urgente foi fundado pelo dominicano mineiro, frei Carlos Josaphat, em 1963. Circulou apenas por um ano, sendo fechado às vésperas do golpe. Sua última edição anunciava como manchete de primeira página a intervenção militar.
23. Brasil Urgente 1963.
24. PESSOA, Francisco Lage. *O Padre do Diabo*. 1988. São Paulo: EMW Editores. p.147.
25. PESSOA, Francisco Lage. *O Padre do Diabo*. 1988. São Paulo: EMW Editores. p.175.
26. Quando Lage candidatou-se a deputado, precisou procurar o arcebispo Dom João Resende Costa, para ser dispensado de suas atividades na Igreja da Floresta. Alegou ter recebido a licença em uma carta ambígua e mal redigida, em troca do seu afastamento da paróquia (LAGE, 1988, p.115). Para Lage, Dom João considerava um alívio tê-lo fora da Igreja, já que reprovava suas atividades políticas, tratando-as com receio.
27. STARLING, Heloísa. *Os Senhores das Gerais*. 1986. Vozes. p. 216.
28. CRISTO, Carlos Alberto Libânio – frei Betto. *Batismo de Sangue*.

29. Entrevista com frei Cláudio Van Balen, realizada pelo Programa de História Oral da UFMG. Entrevistador: Sérgio Ricardo da Mata. Data da entrevista: 06/01/1995.
30. Jornal Estado de Minas de 28/07/1966 e 29/07/1966.
31. Disponível em < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0833> >
32. Documento retirado da pasta do DOPS 5309 intitulada "Padres". Arquivo Público Mineiro (APM). Disponível em < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5309&imagem=1000 >
33. Jornal Estado de Minas 15/04/1970, obtido na documentação do DOPS/APM Disponível em < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=1205&imagem=1910 >
34. Entrevista com frei Cláudio Van Balen, realizada pelo Programa de História Oral da UFMG. Entrevistador: Sérgio Ricardo da Mata. Data da entrevista: 06/01/1995.
35. Disponível em < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0041&imagem=1728 >
36. Idem.
37. Entrevista com frei Cláudio Van Balen, realizada pelo Programa de História Oral da UFMG. Entrevistador: Sérgio Ricardo da Mata. Data da entrevista: 06/01/1995.
38. Idem.
39. Idem.
40. Idem.
41. FARIA, Henrique Moura. A Igreja e o golpe civil-militar. In: SÁVIO, Robson (Org), *50 Anos do Golpe Civil-Militar*. A Igreja e a universidade. Cadernos Temáticos nº4. Belo Horizonte. FUMAC.
42. Idem. p. 62.
43. ARAUJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos de Religião, 2ª edição, 1982.
44. ALVES, Rubem. *Religião e repressão*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 11.
45. FARIA, Henrique Moura. A Igreja e o golpe civil-militar. In: SÁVIO, Robson (Org), *50 Anos do Golpe Civil-Militar*. A Igreja e a universidade. Cadernos Temáticos nº4. Belo Horizonte. FUMAC. p.66.
46. SCHMIDT, Daniel Augusto. *O Protestantismo Brasil: entre a colaboração e a resistência no período da ditadura civil-militar (1964-1974)*. São Bernardo do Campo. 2015.
47. Disponível em < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0231> >
48. SCHMIDT, Daniel Augusto. *O Protestantismo Brasil: entre a colaboração e a resistência no período da ditadura civil-militar (1964-1974)*. São Bernardo do Campo. 2015. p. 243.
49. Idem. p. 250.
50. Comissão Nacional da Verdade. Textos temáticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014 - (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.II), p. 180. Disponível em < <http://www.cnv.gov.br/> >
51. SCHMIDT, Daniel Augusto. *O Protestantismo Brasil: entre a colaboração e a resistência no período da ditadura civil-militar (1964-1974)*. São Bernardo do Campo. 2015. p. 203.
52. Comissão Nacional da Verdade. Textos temáticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014 - (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.II), p. 183. Disponível em < <http://www.cnv.gov.br/> >
53. Idem. p. 186.
54. Idem. p. 189.
55. Idem. p. 186-188.
56. JORNAL JB, 1968, p.6.
57. CORREIO DA MANHÃ. 1968, p.4.
58. JORNAL JB, 1968, p.6.
59. JORNAL JB, 1968, p.6.
60. JORNAL JB, 1968, p.6.
61. LE VEN, 2017.
62. CORREIO DA MANHÃ, 1968.
63. GASPARD, p.255.
64. O GLOBO, 1968.
65. VEJA, 1968, p.14.
66. Idem
67. Idem
68. Idem
69. Idem
70. Idem
71. LINDEMBERG, 2017.
72. Idem
73. Idem
74. Idem
75. O DIÁRIO, 1968.
76. JORNAL JB, 1968.
77. O GLOBO, 1968.
78. Idem
79. VEJA, 1968, p.14.
80. FOLHA DA TARDE, 1968.
81. Idem
82. Idem
83. O PAIZ, 1968.
84. LE VEN, 2017.
85. FOLHA DA TARDE, 1968.
86. Idem
87. Idem
88. Idem
89. Idem
90. O PAIZ, 1968.
91. Idem
92. O PAIZ, 1968.
93. Idem
94. FOLHA DA TARDE, 1968.
95. Esse programa foi criado por J. Kennedy em 1961 para acelerar o desenvolvimento e conter o "perigo" socialista na América Latina.



96. O PAIZ, 1968.
97. Idem
98. LE VEN, 2017.
99. O PAIZ, 1968.
100. Idem
101. O GLOBO, 1968.
102. FOLHA DATARDE, 1968.
103. LE VEN, 2017.
104. Idem
105. BIMBI, 1990, p.45.
106. Idem
107. BIMBI, 1990, p.45.
108. Idem
109. Idem
110. Idem
111. BONIFAZI, 2016, p.66.
112. Idem
113. Idem
114. Idem
115. Idem, p.67.
116. BIMBI, 1990, p 84.
117. Idem
118. BONIFAZI, 2016, p.62.
119. Idem, p.62-63.
120. Idem, p.63.
121. Idem
122. BONIFAZI, 2016, p.64-65.
123. Idem, p.65.
124. BONIFAZI, 2016, p.65.
125. Idem, p.70-71.
126. Idem
127. Idem, p.78.
128. Idem, p.70-71.
129. Idem, p.72.
130. Idem, p.90.
131. BONIFAZI, 2016, p.261-262.
132. Idem, p.263.
133. BONIFAZI, 2016, p.264.
134. Idem, p.91.
135. BIMBI *apud* BONIFAZI, 2016, p.69.
136. Idem
137. BIMBI, 1990, p.48.
138. Idem.
139. BONIFAZI, 2016, p.92.
140. Idem, p.92-93.
141. Idem.
142. Idem, p.93.
143. BETO, 1985, p.8.
144. SANTOS, 2006, p.16.
145. SADER, 1988, p. 159-160.
146. OLIVEIRA, 1983, p. 80.
147. GAUDIUM ET SPES *apud* SILVA, 2006, p. 14.
148. Levantamento de dados feito pela Comissão de Trabalhadores Rurais da Covemg 2017.
149. TERRA, Comissão Pastoral. Disponível em: <www.fgb.br/cpdoc/acervo/dicionario/verbetetematico/comissaopastoraldaterra-cpt> acesso em agosto 2017.
150. BRUNEAU, 1979, p.176.